

***La noche de los lápices* e os usos públicos das memórias e das representações dos desaparecidos na Argentina (1976-1988)**

Marcos Tolentino¹

Resumo: O objetivo deste artigo é historicizar as memórias e representações produzidas sobre os desaparecidos, vítimas da última ditadura civil-militar argentina (1976-1983), a partir dos usos e ressignificações de um episódio específico da repressão: *La noche de los lápices*. Para tanto, analisaremos os processos históricos que resultaram no desaparecimento de um grupo de estudantes secundaristas na cidade de La Plata, em setembro de 1976; a inclusão dos seus casos nas estratégias de denúncias dos familiares de desaparecidos e dos organismos de direitos humanos na Argentina e no exterior; e as práticas que, durante os primeiros anos da redemocratização (1984-1988), tornaram este um episódio emblemático dos crimes cometidos pela última ditadura, tendo sofrido diferentes usos e ressignificações, em diálogo com os “conflitos da memória” em torno do passado recente argentino e dos sentidos produzidos sobre a violência estatal e os desaparecimentos.

Palavras-chave: Memória; Argentina; Ditadura; Desaparecidos.

***La noche de los lápices* and the public uses of memories and representations about the disappeared in Argentina (1976-1988)**

Abstract: The aim of this article is to historicize memories produced about the disappeared – victims of the last Argentine civil-military dictatorship (1976-1983) – based on the uses and resignifications of a specific repression episode: *La noche de los lápices*. We analyze the historical processes that resulted in a group of high school students' disappearance in La Plata in September 1976; their cases inclusion in the denounce strategies of the human rights organizations in Argentina and abroad; and the practices that made this an emblematic episode of the crimes committed by the last dictatorship during the first years of redemocratization (1984-1988). Therefore, it has undergone different uses and resignifications in dialogue with the “conflicts of memory” around the

¹ Mestre em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atualmente, é Estudante do Doutorado em História na mesma Universidade, onde desenvolve sua tese, intitulada “Porque militávamos nos desapareceram, porque nos reapareceram seguimos militando. A trajetória da Asociación de Ex Detenidos Desaparecidos na luta pelos direitos humanos na Argentina (1984-2014)”, sob orientação do prof. José Alves de Freitas Neto. Endereço para correspondência: Rua Praia de Mar Grande, 2015, Vilas do Atlântico, Lauro de Freitas/Bahia, Cep: 42707-690. E-mail: marcosoat@hotmail.com. O presente artigo traz um recorte da dissertação de Mestrado “O 16 de setembro sob a ótica da DIPBA – Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires (1990-1996)” apresentada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em agosto de 2012, com o financiamento da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Gostaria de agradecer a colaboração do orientador do trabalho, o prof. José Alves de Freitas Neto, e os comentários da banca avaliadora, integrada pelas profas. Mariana Joffily e Samantha Viz Quadrat.

recent Argentine past and the meanings produced about state violence and disappearances.

Keywords: Memory; Argentina; Dictatorship; Disappeared.

Artigo recebido em: 30/06/2020

Artigo aprovado para publicação em: 09/09/2020

O objetivo deste artigo é historicizar as memórias e representações produzidas sobre os desaparecidos, vítimas da última ditadura civil-militar argentina (1976-1983), a partir dos usos e ressignificações de um episódio específico da repressão: *La noche de los lápices*.² Para tanto, analisaremos os processos históricos que resultaram no desaparecimento de um grupo de estudantes secundaristas na cidade de La Plata, em setembro de 1976; a inclusão dos seus casos nas estratégias de denúncias dos familiares de desaparecidos e dos organismos de direitos humanos na Argentina e no exterior; e as práticas que, durante os primeiros anos da redemocratização (1984-1988), tornaram este um episódio emblemático dos crimes cometidos pela última ditadura, tendo sofrido diferentes usos e ressignificações, em diálogo com os “conflitos da memória” em torno do passado recente argentino e dos sentidos produzidos sobre a violência estatal e os desaparecimentos.

La noche de los lápices é o nome pelo qual se tornaram célebres os procedimentos repressivos ocorridos durante o mês de setembro de 1976, quando foram sequestrados em La Plata um grupo de estudantes como parte da repressão ao movimento estudantil secundarista. Investigações produzidas anteriormente analisaram os motivos que fizeram com que *La noche de los lápices*, dentre tantos outros episódios repressivos, se tornasse um dos episódios repressivos mais emblemáticos da última ditadura argentina. O fato de ter se constituído em torno dele uma memória narrativa constituída por representações que dialogavam diretamente com os processos hegemônicos de denúncia

² No nosso trabalho, optamos por utilizar a denominação ditadura civil-militar para fazer referência à mais recente experiência ditatorial na Argentina. Nesse país, ainda não está encerrado o debate sobre como denominar a última ditadura. Acreditamos que casos como *La noche de los lápices*, sobre o sequestro e desaparecimento de estudantes secundaristas, abrem possibilidades de analisarmos as possíveis relações estabelecidas entre atores da sociedade civil, particularmente as autoridades escolares, e a violência estatal. Não pretendemos, dessa forma, encerrar o debate, mas propormos que essa dimensão seja considerada em análises sobre as modalidades repressivas implementadas pela última ditadura. Para um debate sobre as relações entre sociedade civil e as ditaduras latino-americanas, ver: QUADRAT, ROLLEMBERG, 2010.

dos familiares e dos organismos de direitos humanos na Argentina e no exterior durante a ditadura e de significação do passado ditatorial nos primeiros anos da democracia permite-nos entender a repercussão pública do episódio. Tal repercussão encontrou na publicação de um livro e no lançamento de um filme vetores que garantiram que este não fosse apenas mais um caso que se restringiria às páginas do *Nunca Más*, o relatório final da *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP), publicado em 1984, ou à Sala de Audiências do julgamento aos comandantes das Juntas Militares, em 1985.³ Consequentemente, de todos episódios de repressão aos estudantes secundaristas na última ditadura civil-militar, este converteu-se no que sintetizaria as diversas experiências e trajetórias como um potente veículo de denúncia. (VEZZETTI, 2009; LORENZ, 2008; RAGGIO, 2017; GALANTE, 2019).

Para além de reconstruir os processos que tornaram o episódio em questão em um emblema dos crimes cometidos pela última ditadura argentina, nosso interesse é analisar, partir dos seus usos no espaço público, a produção de memórias e representações sobre os desaparecidos. Para tanto, nos centraremos no período entre 1984 e 1988, pois nesse momento se cristalizaram alguns sentidos e usos ao redor dele que se perpetuaram a partir de então. A partir principalmente do lançamento do filme e do livro, ambos em 1986, *La noche de los lápices* passou a ser reivindicado como um símbolo contra o esquecimento e contra a impunidade frente aos retrocessos que então se observavam no desenvolvimento das causas judiciais referentes aos desaparecimentos produzidos pela última ditadura. Além disso, ocorreu então uma apropriação por outros atores sociais,

³ No primeiro mês do mandato de Raul Alfonsín (1983-1989) foram aprovadas algumas medidas em resposta às demandas do movimento de direitos humanos e de parte da sociedade civil para investigar e julgar os responsáveis materiais pelas violações aos direitos humanos cometidos durante a última ditadura: a derrogação da Lei de Pacificação Nacional, uma lei de auto anistia sancionada pela ditadura em setembro de 1982; e a assinatura dos decretos 157 e 158 que ordenavam julgar sete chefes guerrilheiros e os comandantes das três primeiras Juntas Militares. Os debates em torno de como deveriam ser julgados os líderes militares resultou na criação, em 1984, da CONADEP que deveria investigar o tema dos desaparecidos e remeter à Justiça as denúncias e provas reunidas. Estas provas formaram a causa 13/1984, julgada entre abril e outubro de 1985 no Tribunal Federal de Apelações da Capital Federal, em Buenos Aires. O processo, conhecido como *Juicio a las Juntas*, limitou-se aos nove membros das Juntas Militares que governaram o país durante 1976 e 1982, excluindo assim os três membros da última Junta. Entretanto, a estratégia adotada tanto durante a investigação da CONADEP e na produção do seu informe final, o *Nunca Más*, quanto no *Juicio a las Juntas*, não coincidiu totalmente com as reivindicações dos organismos, principalmente por limitar o alcance da atribuição de responsabilidades em prol de uma relação harmônica com os militares. Ver: FELD, 2002; BISQUERT, LVOVICH, 2008; CRENZEL, 2008; FELD, FRANCO, 2015; GALANTE, 2019.

principalmente os estudantes secundaristas, que tornaram o 16 de setembro, data em que ocorreu a maioria dos sequestros, em uma das suas principais datas de mobilização, tanto para a produção de seus próprios sentidos sobre a ditadura e sobre os desaparecidos, quanto para expressar as suas demandas naquele momento. Nesses anos, *La noche de los lápices* foi um episódio que circulou nacionalmente, não do lançamento do filme., do livro, e das palestras realizadas por Pablo Díaz. Em 2006, o 16 de setembro se tornou o “Dia Nacional da Juventude”, garantindo a sua inclusão no calendário escolar de todo o país. A partir de então, encontramos registros de marchas e práticas comemorativas por toda a Argentina. Entretanto, no período que analisamos, centraremos nos usos públicos realizados em La Plata e Buenos Aires. Não desconsideramos assim que antes da oficialização da data o episódio possa ter tido outros usos em outras geografias, em diálogo com os processos locais de memória.⁴

Partiremos, então, de um dos eixos das discussões sobre memória e história recente: a historicidade das memórias e das representações dos desaparecidos. O desaparecimento forçado de pessoas constitui um dos principais legados da última ditadura argentina. São considerados desaparecidos todos aqueles cujo paradeiro após a passagem por um centro clandestino de detenção (CCD) é desconhecido. Devido aos limites que o desaparecimento põs sobre a sua representação e sobre a produção de sentidos sobre o passado recebe, muitos dos desaparecidos são recuperados apenas como um entre os 30 mil, número simbólico defendido pelo movimento argentino pelos direitos humanos. Por outro lado, durante a própria ditadura começaram a circular discursos e representações sobre os desaparecidos que, ao mesmo tempo em que geraram um conhecimento sobre a natureza da repressão clandestina, construíram alguns sentidos sobre essa experiência de violência e sobre suas vítimas. Com a redemocratização, a memória dos desaparecidos ocupou um lugar central na esfera pública, com avanços e retrocessos, como forma de interpelar os atores estatais e judiciais e a sociedade civil pelo

⁴ *La noche de los lápices* tornou-se o propulsor da recuperação das memórias de outros episódios repressivos cujas vítimas também eram secundaristas. Consequentemente, podemos afirmar que ele se tornou uma metonímia utilizada para se referir a casos similares no que diz respeito ao perfil dos atingidos (CATELA, 2001, p. 80-81). Em Santiago de Estero, no norte argentino, por exemplo, o sequestro de um grupo de estudantes em 15 de julho de 1975 se tornou conhecido como “*La noche de los lápices santiagueña*” (BIAZZINI, 16/07/2013).

atendimento das demandas dos familiares e dos organismos de direitos humanos (BISQUERT, LVOVICH, 2008; CATELA, 2001; CRENZEL, 2008 e 2015; JELIN, 2017).

Atualmente, na Argentina, o termo *desaparecido* possui um significado político e simbólico próprio. Quando utilizado, remete a um subtexto culturalmente partilhado, a uma violência e a um tempo cronológico preciso – a desapareição forçada de pessoas durante a última ditadura. Isso não significa que o desaparecido não seja objeto de disputas, sobretudo de um conflito de identidades no qual as categorias de memória e esquecimento assumem traços paradoxais, seja nas tentativas de torná-lo uma pessoa desaparecida, com traços individuais e uma biografia prévia ao desaparecimento, ou de se afirmar laços familiares, políticos e sociais com ele. De acordo com Ludmila da Silva Catela, o desaparecido passou a existir como uma noção de pessoa cuja identidade é formada por várias camadas e clivagens que vêm à tona a depender de quem o evoca, quando, onde e para quê. A explicação para isso estaria nas consequências do desaparecimento sobre as práticas do luto, provocando a necessidade de se reinventar as formas e estratégias para lembra-lo. A ausência de um corpo e conseqüentemente de um túmulo fazem com que a morte não se consuma nas consciências, tornando o desaparecido o objeto de contínuos questionamentos e dúvidas. Permite ainda que cada indivíduo encontre sua forma de homenagear a sua memória, elegendo certas características, silenciando outras, expressando uma mistura de emoções e afirmações políticas próprias (CATELA, 2001).

Segundo Emilio Crenzel, as diversas estratégias utilizadas para representar o desaparecido, dotá-lo de identidade e de uma presença pública, demonstrariam uma derrota da vontade de negação, silêncio e esquecimento da ditadura; assim como rebateriam o suposto caráter impensável, indizível e irrepresentável de experiências de violências extremas, como se afirmara no mundo ocidental a partir do genocídio nazista. Logo, a experiência argentina seria um demonstrativo da possibilidade de se superar a violência cometida e de se pensar, representar e evocar a figura dos desaparecidos mediante uma multiplicidade de aportes e veículos. Porém, não se trata de um processo livre de conflitos: por ter sido um exercício de violência clandestino e anônimo, diferentemente da “forma fixa” que acompanha a imagem do indivíduo após a sua morte,

o desaparecido estaria preso a incertezas e a possíveis atualizações com o passar do tempo, o que explicaria o caráter mutável e conflituoso que a sua representação teve na Argentina (CRENZEL, 2008, 2010, 2015). De acordo com Elizabeth Jelin, tais mudanças não seriam fruto apenas de exercícios negacionistas, apesar de estes também existirem, mas de uma mudança na ênfase sobre o quê recordar e o quê preservar do passado, privilegiando e resgatando elementos que até então poderiam estar silenciados ou esquecidos. Logo, as mudanças nos cenários políticos, a entrada de novos atores sociais e as transformações nas sensibilidades poderiam implicar transformações das significações do passado (JELIN, 2017).

Como demonstraremos ao longo do artigo, desde a última ditadura, notamos uma heterogeneidade nas estratégias de representação dos desaparecidos, cada uma delas associadas a diferentes temporalidades, atores responsáveis pela sua produção, usos e veículos de circulação. Logo, ao analisarmos a produção de memórias sobre os desaparecimentos na Argentina, devemos questionar *quando, por quem, como e por que* elas são reivindicadas. Além disso, é possível encontrar alguns registros e veículos em particular por meio dos quais as memórias dos desaparecidos e da violência política têm frequentemente surgido na cena pública. Um deles é a primazia do testemunho de familiares das vítimas ou de sobreviventes dos CCD (CRENZEL, 2010). O trabalho com essas narrativas traz em si a importância de analisarmos o seu contexto de produção, os efeitos deste sobre o que é narrado e o que é silenciado, bem como os diversos usos que são feitos do relato, seja para denunciar uma violação, para produzir uma prova judicial ou como fonte de informação para a produção de produtos culturais (POLLAK, 2006). Por se tratarem de narrativas marcadas pela subjetividade de quem narra, os testemunhos se referem tanto ao passado que é rememorado quanto ao presente de construção do relato e da sua enunciação. Tal presente pode ainda condicionar o testemunho, devido aos objetivos e metas da sua produção e de parâmetros políticos e culturais que produzem vocabulários específicos, tabus e de silêncios (JELIN, 2017, p. 245-249).

A repressão sobre os estudantes secundaristas de La Plata

Durante a última ditadura, La Plata foi parte da área operativa do *Circuito Camps*, no qual o coronel do Exército, Ramón Juan Camps, e o chefe da Polícia da Província de Buenos Aires, Miguel Etchecolatz, implementaram um dos maiores centros operativos da repressão.⁵ Na primeira metade da década de 1970, a cidade foi o cenário da mobilização de operários e estudantes, o que resultou na sua inclusão entre os primeiros casos de desaparecimentos (MANEIRO, 2009, p. 366).⁶ A *Universidad Nacional de La Plata* (UNLP) é a segunda maior do país, o que lhe rende a alcunha de “cidade de estudantes”. Além das faculdades, estão vinculados à sua estrutura alguns colégios secundaristas como o *Colegio Nacional "Rafael Hernández"* (o *Nacional*) e o *Bachillerato de Bellas Artes "Prof. Francisco A. De Santo"* (o *Bellas Artes*). Nesse contexto de mobilização, os estudantes secundários cobraram independência dos universitários, desenvolvendo práticas e espaços de militância próprios e articulando demandas contra o autoritarismo nos âmbitos educativos. Os adolescentes se somaram assim ao desenvolvimento de uma cultura juvenil de contestação com práticas e experiências próprias que, com as revoltas ocorridas a partir de maio de 1969 em distintas cidades do país, produziram novas modalidades de participação política (MAZANO, 2014).

O ano de 1973 foi um ano crucial para a organização do movimento estudantil secundarista, considerado o ano da “primavera democrática”, com o fim da ditadura e a eleição do candidato *peronista* Héctor Cámpora, o que ampliou os espaços de participação política. As duas principais organizações político-militares da esquerda revolucionária, o *Partido Revolucionario de los Trabajadores – Ejército Revolucionario del Pueblo* (PRT-ERP) e *Montoneros*, formaram organizações de massa para desenvolver a sua inserção e

⁵ A metáfora do circuito era utilizada pela repressão para fazer referência aos centros clandestinos de detenção sob o comando de uma determinada força, pelos quais faziam circular os “seus” prisioneiros. O Circuito Camps, por exemplo, baseava-se no funcionamento de mais de vinte centros clandestinos por toda província de Buenos Aires, dentre os quais pelo menos oito funcionaram na cidade de La Plata, nos quais atuaram principalmente o Exército e a Polícia da Província de Buenos Aires. Para uma análise do *Circuito Camps*, ver: MANEIRO, 2009.

⁶ La Plata, juntamente às cidades vizinhas, Berisso e Ensenada, apresentava em meados da década de 1970 uma grande quantidade de estabelecimentos fabris de grande envergadura, com um significativo grau de sindicalização e organização dos trabalhadores.

influência entre os estudantes secundários: em abril de 1973, *Montoneros* lançou uma “renovada” *Unión de Estudiantes Secundarios* (UES);⁷ e, em julho de 1973, o PRT-ERP criou a *Juventud Guverista* (JG), voltada a um trabalho com a juventude trabalhadora de formação de militantes. Tais frentes estudantis foram para muitos jovens a primeira etapa em uma trajetória militante que, em muitos casos, resultou na sua entrada para outras frentes partidárias vinculadas à luta armada.

O fim da ditadura não representou uma mudança brusca nos ambientes educativos. Uma das práticas que se tornaram recorrentes foi a ocupação ou *toma* das escolas para protestar contra as autoridades educativas e algumas práticas denunciadas como “continuístas”, exigindo, por exemplo, o afastamento de professores e de funcionários vinculados à ditadura, a revogação de medidas disciplinares e a atualização curricular. Elas foram ainda momentos de mobilização que resultaram na criação dos centros de estudantes, autorizados pelo governo com a anulação do decreto “*Jorge de la Torre*”, de 1936, que proibia atividades políticas entre os secundaristas. A criação e as eleições nos centros estudantis foram palcos de disputas políticas entre as diferentes vertentes do movimento estudantil para garantir a sua influência no maior número possível de colégios (TERLIZZI, 2019, p. 401-402).

Em relação aos estudantes secundaristas, podemos entender como ocorreu esse processo por meio do testemunho de ex-militantes estudantis. Frente à dificuldade de encontrarmos os documentos produzidos por suas organizações, tais relatos reconstroem, de um lado, a constituição da sua subjetividade adolescente/militante, com a sua entrada nos colégios e as suas escolhas em relação à militância (KORINFELD, 2008, p. 62-63), e do outro, um processo de esgotamento dos espaços de militância, em paralelo à reconfiguração das práticas repressivas, que os tornaram alvos dos desaparecimentos.⁸

⁷ A *Unión de Estudiantes Secundarios* (UES) foi criada na segunda presidência de Juan Domingo Perón, em 1953, quando decidiu-se impulsionar um projeto governamental de mobilização da juventude, principalmente por meio dos esportes. Com a “Revolução Libertadora” e a proscrição do *peronismo*, em 1955, a UES foi dissolvida, reorganizando-se e renovando-se em 1973 com outros preceitos distintos dos que levaram à sua criação. Ver: TERLIZZI, 2019, p. 401-402.

⁸ Uma das possibilidades para o estudo da história do movimento estudantil secundarista é por meio da documentação preservada no arquivo da *Dirección de Inteligencia de la Policía la Provincia de Buenos Aires* (DIPBA), disponível para consulta pública na *Comisión Provincial por la Memoria*, em La Plata. Órgão de inteligência policial, o trabalho de registro e de controle social da DIPBA recaiu sobre diferentes atores políticos e sociais, não apenas aqueles tradicionalmente vinculados à atividade política. A partir da

Analisaremos, assim, os testemunhos de três militantes secundaristas, apontados como sobreviventes de *La noche de los lápices*. Para tanto, devemos considerar a variedade de locais de enunciação desses testemunhos (arquivo oral e um documentário) e a sua historicidade.⁹ Produzidos a partir dos anos 2000, eles demonstram a ampliação de canais encontrados pelos sobreviventes dos CCD para transmitir suas experiências, para além do espaço judicial e de denúncia humanitária, nos quais os seus relatos conquistaram uma autonomia da meta punitiva, trazendo à tona memórias que se encontravam subterrâneas, especialmente devido ao estigma produzido em torno dos compromissos políticos prévios aos seus sequestros.

Emilce Moler era militante da UES em *Bellas Artes* quando foi sequestrada aos 17 anos de idade, na madrugada do dia 17 de setembro de 1976. Ela esteve sequestrada nos CCD *Arana, Brigada de Investigaciones de Quilmes, Comisaría 3 de Valentín Alsina* e pela prisão feminina de Devoto, onde ficaria à disposição do Poder Executivo Nacional (PEN) até março de 1978. Após sair em liberdade, Emilce se mudou com sua família para Mar del Plata, onde se aproximou dos organismos locais de direitos humanos. Gustavo Calotti era cadete policial e tinha 18 anos de idade quando foi sequestrado em 08 de setembro de 1976. Havia militado na UES, mas, a partir do momento da sua detenção, estava colaborando com o ERP. Esteve sequestrado no CCD *Arana, na Brigada de Investigaciones de Quilmes, na Comisaría 03 de Valentín Alsina e na Unidad Penal N.9 de La Plata*, onde passou à disposição do PEN. Em outubro de 1979, fugiu para o Brasil, de onde seguiu rumo ao exílio na França, país no qual vive até o momento. Pablo Díaz

década de 1960, o trabalho de campo policial produziu e acumulou informação e documentação sobre distintas faculdades, centros de estudantes, agrupações político-estudantis, colégios secundaristas, reunidas na “Mesa ‘A’ – Estudiantil”. Ver: LANTERI et.al., 2005.

⁹ Iniciado no final dos anos 2000, o Arquivo Oral do *Memoria Abierta* é formado atualmente 5 registros audiovisuais de entrevistas testemunhais e pode ser consultado na sala de Consulta Pública da instituição, que, desde 2014, ocupa um dos edifícios do *Espacio Memoria y Derechos Humanos*, onde antes funcionava a *Escuela de Mecánica de la Armada* (ESMA). Tais entrevistas partem da proposta de reconstruir a experiência pessoal dos entrevistados em relação aos principais processos sociais, políticos e ideológicos da segunda metade de século XX, enfatizando a mobilização social e política, o terrorismo de Estado e a luta pelos direitos humanos durante a ditadura e o período democrático. Consequentemente, essas entrevistas permitem uma aproximação das histórias de vida com matizes mais diversos, indo além da ênfase posta na violência sofrida por cada indivíduo. Já o documentário *El boleto fue secundario*, produzido em 2009, foi fruto da tese de conclusão de curso de um grupo de estudantes da *Facultad de Periodismo y Comunicación Social* da UNLP, a partir de entrevistas com Díaz, Moller e Calotti

militava na JG quando foi sequestrado em 21 de setembro de 1976, aos 18 anos de idade. Esteve detido nos centros clandestinos de detenção *Arana* e *Pozo de Banfield*, na *Comisaría 3* de Valentín Alsín e na *Unidade Penal N.9* de La Plata, onde permaneceu à disposição do PEN até 1980. Após sair em liberdade, continuou vivendo em La Plata, onde se aproximou dos familiares de alguns dos estudantes desaparecidos. Desde o *Juicio a las Juntas*, Díaz se tornou publicamente conhecido como “o único sobrevivente de *La noche de los lápices*”, resultado dos processos de produção de memórias que discutiremos posteriormente.

Para Moler, a entrada em *Bellas Artes* resultou na sua descoberta da política, “um mundo novo, até então desconhecido”, devido à interação com os estudantes universitários, que compartilhavam o edifício da *Facultad de Bellas Artes* da UNLP (Memoria Abierta, *Testimonio de Emilce Moler*, Buenos Aires, 2006). Calotti destaca o seu ingresso no *Nacional* em um momento no qual o fim de uma ditadura colocava-se no horizonte, quando ele participou de uma *toma* no *Nacional* e se sentiu “membro pleno” da “família” formada pelos estudantes (Memoria Abierta, *Testimonio de Gustavo Calotti*, Buenos Aires, 2006). A conformação do primeiro centro de estudantes em um colégio católico marcou o início da trajetória de Díaz, que tinha também outras referências devido à presença da política no seu bairro: “*Nosotros escuchábamos la participación política y en esa cuadra había como dos o tres unidades básicas y un comité radical a la vuelta, así que la concepción en la participación política era cotidiana*” (Depoimento de Pablo Díaz transcrito do documentário *El boleto fue secundario* (2009)).

Os três compartilham o fato de terem iniciado seus processos de aproximação da militância em 1972. Nos depoimentos, este aparece como um momento de mudança iminente, com uma ditadura que chegava ao fim e com as possibilidades que se abriam com o fim da proscricção ao *peronismo*. Além disso, o início das militâncias não estava alheio aos rumos dos acontecimentos políticos nacionais, como o “Massacre de Trelew”, em agosto de 1972, as eleições de março de 1973 e o retorno de Perón ao país, em 20 de junho de 1973, bem como os regionais, como o golpe de Estado no Chile em 11 de setembro de 1973. Segundo Calloti:

(...) uno piensa que un militante secundario, un militante universitario, milita para su agrupación y dentro del marco que es la universidad o el colegio secundario. Nosotros salíamos de ese marco. Nosotros podíamos, por ejemplo, manifestar por Trelew, eran las primeras elecciones que se iban a producir, o sea estábamos en una dinámica que era nacional, no era una dinámica puramente estudiantil. Entonces, bueno, hacíamos pintadas, hacíamos volanteadas, hacíamos asambleas, y también otra parte importante era captar otros futuros militantes (Memoria Abierta, *Testimonio de Gustavo Calotti*, Buenos Aires, 2006).

Entrar para o movimento estudantil significou tomar uma decisão sobre à qual corrente política iriam se vincular. A UES se tornou uma das principais entradas no mundo da política para jovens que viam no peronismo uma “via nacional” para o socialismo, o que a tornou uma das maiores frentes de massa de *Montoneros* (GILLESPIE, 2011, P. 253; MANZANO, 2014, p. 5). Segundo Calloti, para ele, nesse momento, parecia-lhe que a história argentina e a mudança social “passavam pelo *peronismo*”. Logo, mesmo com pouco conhecimento sobre o que era ou não “se sentir *peronista*”, ele percebia que não poderia ficar à margem desse processo. Para Díaz, sua aproximação do *peronismo* teria sido “natural”. Porém, algumas contradições posteriores resultaram no seu rompimento com a UES e na aproximação da JG, a partir de 1974. No caso de Moler, optar pela UES significou uma ruptura com seus pais – “*antiperonistas*, mas com muita consciência social”. Apesar de participar ativamente das atividades da escola, até 1975, ela era considerada “independente” por não ter se comprometido com nenhum grupo específico, o que gerava cobranças por parte de seus colegas. A sua opção pela UES relacionou-se com a “mudança significativa” em *Bellas Artes* entre os anos de 1974 e 1975, quando se tornou clara a importância de “comprometer-se para resistir”:

Con el gobierno de Isabel Perón, en las escuelas, (...), comienza una diferencia muy grande. (...) Cambiaron todos los perceptores... Los perceptores eran personas que nos apoyamos muchísimo en ellos, eran jóvenes, macanudos. Y pasaron a poner perceptores de la CNU, o sea de derecha. Entonces empezaron a poner normas de conducta, iban armados, más de uno fue armado a la escuela, amenazaban a los alumnos. Bueno, entonces el cambio fue muy grande y eso a mí me rebeló absolutamente, digo ‘tengo que comprometer más porque la cosa puede venir más difícil’, y entonces ya tengo que estar en alguna organización para saber lo que hacer para resistir a ese proceso de derechización y los avances de la Triple A (Memoria Abierta, *Testimonio de Emilce Moler*, Buenos Aires, 2006).

Nos três depoimentos, o ano de 1975 surge como um momento no qual a capacidade de mobilização dos estudantes estava reduzida. A partir de 1974, o movimento estudantil secundarista voltou a ser alvo de uma série de medidas restritivas, defendidas por diferentes forças políticas e culturais que defendiam a necessidade da “reconstrução da autoridade” para limitar o alcance da sua mobilização. O processo político que vivia o país, com o incremento da violência política e implementação de leis repressivas, refletiu-se nos colégios, cujos centros de estudantes tiveram suas atividades restringidas, até serem proibidas em 1975. Em paralelo, o movimento estudantil secundarista se tornou alvo de sequestros e assassinatos realizados pelos grupos paraestatais. Entre 1974 e 1976, predominaram nos colégios vinculados à UNLP a instabilidade e a violência política, consequências do protagonismo alcançado pelas agrupações estudantis *peronistas*, do afastamento de docentes e funcionários tidos como marxistas, e do acionar do grupo paraestatal *Concentración Nacional Universtiaria* (CNU).¹⁰

Nesse cenário de “forte desmobilização”, a luta pelo boleto estudantil secundarista (BES) foi uma forma de reunir os estudantes em torno dessa reivindicação, tanto os que tinham vínculos com os distintos grupos políticos, como os independentes. O BES garantiria um desconto na passagem de ônibus para os estudantes de baixa renda que precisavam ir até o centro de La Plata para estudar, principalmente jovens oriundos de famílias de trabalhadores de Berisso e Ensenada, fortemente atingidas pela hiperinflação. A solidariedade, as discussões e a organização do pedido pelo BES geraram a adesão de estudantes desmobilizados. Em setembro de 1975, o boleto foi outorgado, após uma marcha multitudinária organizada pela *Coordinadora de Estudiantes Secundarios* (CES).

Por outro lado, os efeitos negativos da sua politização e as ameaças da repressão se tornaram mais presentes. Segundo Moler, em 1975, ela já havia sido identificada e

¹⁰ Para uma análise sobre os processos ocorridos na UNLP na década de 1970, ver: RODRIGUEZ, 2014. A CNU surgiu a partir de um núcleo de militância universitário, nacionalista e peronista que se propunha a combater a influência marxista nas universidades. A partir de 1973, a CNU estabeleceu laços com outras organizações políticas e sindicais na oposição à influência de *Montoneros* nos espaços de militância peronistas. Paulatinamente, suas ações se tornaram mais violentas, com a adoção da metodologia do sequestro e do assassinato de militantes do peronismo revolucionário em La Plata e em Mar del Plata (CARNAGUI, 2016).

ameaçada em *Bellas Artes* por militar na UES. Em 24 de dezembro de 1975, Ricardo “Patulo” Rave, militante da UES, foi sequestrado da casa de seus pais e assassinado. O golpe de Estado de 24 de março de 1976 não resultou, assim, em uma mudança brusca, pois o início da última ditadura aprofundou um processo de vigilância e perseguição devido a um entendimento dos militares de que deveriam ser cortados os vínculos entre política e juventude nos colégios. A particularidade desse momento foi a articulação de tais medidas com as práticas repressivas estatais, sobretudo os desaparecimentos de pessoas com diferentes vínculos com o movimento estudantil secundarista (LUCIANI 2017, p. 84). Em relação à UNLP, em 14 de setembro de 1976, o civil Guillermo G. Gallo assumiu como reitor, ocupando esse cargo até o fim da ditadura. Para Gallo, a UNLP era uma “central de inteligência da guerrilha”, logo, era necessário “normalizá-la” por meio da “depuração” da matrícula de estudantes envolvidos em atividades políticas. Os organismos de direitos humanos locais contabilizaram 750 desaparecidos e/ou assassinados entre professores, alunos e trabalhadores da UNLP, o que a torna uma das universidades com o maior número de vítimas (CORONATO, LUCCHINI, 2001; MANEIRO, 2009, p. 365-366; RODRÍGUEZ, 2014)

Na avaliação de Moler, a prática clandestina não permitiu um entendimento dos primeiros casos de desaparecimentos ocorridos já nos primeiros meses após o golpe:

Y en el '76, yo recuerdo julio del '76 fue un mes terrible donde empiezan a desaparecer compañeros que eran de la UES, que eran un poco más grandes, que estaban en JUP o en la JP, pero que eran mis amigos (...) Pero nosotros no hablábamos de desaparecidos, nosotros decíamos los llevaron, están presos o los mataron. El concepto de desaparecido es de después de muchos años, podíamos laborarlo y decir que estaban desaparecidos. Tampoco conocíamos centros clandestinos, o sea los tienen en un lugar para tortura y después los llevan a la cárcel, era para buscar en que cárcel ellos estaban (Memoria Abierta, *Testimonio de Emilce Moler*, Buenos Aires, 2006).

Em agosto, o BES foi suspenso pelas autoridades militares, o que parecia para as lideranças estudantis uma possibilidade de rearticulação dos estudantes secundaristas, mais uma vez em torno desta reivindicação. Porém, na avaliação de Díaz, isso se impossibilitou pelo impacto dos desaparecimentos no entorno dos estudantes:

Yo siempre digo que ha habido compañeros independientes que supieron antes que nosotros lo que estaba pasando, porque en realidad en nuestras casas nos enteramos cuando pasó a nosotros, Pero como ya venía sucediendo en toda la

ciudad de La Plata había compañeros que estaban en movimientos independientes, que tenían un hermano, o un tío, o el padre o un familiar que había desaparecido, por lo cual cuando quisimos volver a realizar manifestaciones, salimos solos (Depoimento de Pablo Díaz transcrito do documentário *El boleto fue secundario* (2009)).

Deixar a militância e se afastar dos grupos que faziam parte, não surge nos depoimentos como uma opção que teria mudado o rumo dos acontecimentos. Após o golpe, Calotti se aproximou do PRT-ERP. Ele acreditava que, por trabalhar em uma delegacia de polícia, poderia ajudar a organização com algum material subtraído, ou com alguma informação privilegiada. Para ele, essa aproximação tardia, “meio suicida”, não teria determinado o seu sequestro e, sim, a sua militância prévia na UES:

Fue medio suicida, yo estoy de acuerdo, pero yo creo que hay una parte de inconsciencia, de ceguera, no sé, algo hay, de mesianismo. Lo más lógico hubiese sido que yo dijera bueno, no es un momento apropiado. Lo que se no hubiese significado más tarde que yo cayera preso, pues yo estoy seguro que, en algún momento, que tuviese o no militancia en ese momento, el hecho de haber la tenido iba a ser que me detuvieren o me chuparen (Memoria Abierta, *Testimonio de Gustavo Calotti*, Buenos Aires, 2006).

Em setembro de 1976, o movimento estudantil secundarista de La Plata foi alvo de uma série de sequestros.¹¹ No dia 08 de setembro, Calotti foi sequestrado enquanto trabalhava. Na madrugada do dia 16, ocorreram outros operativos que resultaram no sequestro de alguns militantes da UES: María Claudia Falcone, María Clara Ciocchini, Cludio de Acha, Daniel Racero, Horacio Ungaro e Francisco López Muntaner. Sequências de sequestros como essa são um demonstrativo de que as forças repressivas da ditadura agiam sobre um grupo de pessoas vinculadas entre si pela militância.

Para Moler e Díaz, as “quedas” de companheiros e amigos levaram-nos a contar para seus pais sobre suas militâncias. Menores de idade, sem independência financeira e distantes de suas organizações, eles dependiam da família para tomar decisões sobre sua segurança. Em ambos os casos, os pais reagiram de maneiras parecidas. Primeiramente, perguntaram “em que haviam se metido”, se “andavam armados” ou “colocado bombas”.

¹¹ No dia 01 de setembro, Víctor Vicente Marcasciano, Pablo Pastrana e Cristian Krause foram sequestrados a poucas quadras do *Nacional* e posteriormente libeados. Em 04 de setembro, Fernanda María Gutierrez, estudante do *Liceo Victor Mercante*; Carlos Mercante, estudante do *Colegio del Pilar*; Alejandro Desío, Graciela Torrado, estudante do *Bellas Artes*; Luis Cáceres, estudante da *Escuela Técnica*; e Victor Treviño, estudante da *Escuela Media Nº 2 “La Legión”*. Este último foi incluído nas primeiras listas de vítimas vinculadas a “*La noche de los lápices*”. Ver: UNLP, 2016.

Em seguida, acreditaram que “poderiam explicar” caso viessem buscá-los, como conta Moller, cujo pai era delegado aposentado da Polícia da Província de Buenos Aires:

El creyó que por ser policía no iban a venir a la casa, y también consideró que “es mejor que estés en casa”, me dices. “Si no tenéis un lugar seguro, venís a casa”, me decía, “si estás en otra casa y llegan, ¿qué vas a decir?, ¿por qué estás en otra casa?, “ya estás diciendo: soy culpable”, me decía. “Así, si estas en casa conmigo, una persona honesta, yo les puedo explicar”. (Memoria Abierta, Testimonio de Emilce Moler, Buenos Aires, 2006).

Moler foi sequestrada no dia 17 de setembro junto de Patricia Miranda. No dia 21, Díaz foi sequestrado na casa de seus pais, para onde havia retornado depois de passar alguns dias se escondendo. O grupo de estudantes secundaristas foi conduzido ao CCD *Pozo de Arana* e, após semanas de tortura, foram trasladados para outros CCD pela província de Buenos Aires, circulando pelo *Circuito Camps*.¹²

Os familiares e o quebra-cabeça dos desaparecimentos

Ao reconstruirmos a trajetória de busca dos familiares dos jovens desaparecidos em setembro de 1976, encontramos histórias familiares afetadas de distintas formas pela repressão ditatorial. Em alguns casos, as experiências de sequestro e de desaparecimento não se restringiram ao ocorrido com os secundaristas: seus irmãos mais velhos e, inclusive seus pais, também foram vítimas de sequestros, torturas e desaparecimentos, tiveram de se mudar de La Plata devido às perseguições ou exilar-se. Durante a ditadura, parte das famílias de desaparecidos exercitou o ocultamento e a negação do ocorrido, o que demonstrava a eficácia do discurso ditatorial que responsabilizava os pais pelo que ocorria com seus filhos (CRENZEL, 2008, p. 36). Entretanto, em relação aos familiares dos estudantes sequestrados em setembro de 1976, seus depoimentos posteriores reconstroem que todas as famílias romperam o isolamento social e realizaram gestões e denúncias, e que, em alguns casos, não se trataram de iniciativas individuais. Mães, pais e alguns irmãos colaboraram entre si, o que contribuiu para uma associação entre os casos a partir

¹² Dentre os CCD pelos quais os secundaristas sequestrados passaram, podemos citar: *Pozo de Banfield; Pozo de Quilmes; Jefatura de Policía de la Provincia de Buenos Aires; Comisarias 5ª, 8ª e 9ª de La Plata; Comisaria 3ª de Valentín Alsina; e Polígono de Tiro de la Jefatura de la Policía de la Provincia de Buenos Aires.*

de suas coincidências e o seu uso pelos organismos de direitos humanos na Argentina e no exterior para a conformação de um perfil de vítima dos desaparecimentos: os adolescentes/estudantes secundaristas desaparecidos.

Podemos analisar os efeitos dos desaparecimentos nas vidas dos familiares como um quebra-cabeças que precisou ser montado acomodando peças velhas e desconhecidas. Esse quebra-cabeças era formado inicialmente por peças de uma cotidianidade que precisou ser remontada com as mudanças abruptas de ter um familiar desaparecido (CATELA, 2001, p. 137-139). No caso dos irmãos e irmãs mais velhas, essas mudanças se relacionaram às possibilidades de eles também se tornarem alvos da repressão, pois também eram militantes políticos. Em alguns casos, as relações familiares já estavam atravessadas pelas medidas de segurança adotadas por eles. Entretanto, foi com o desaparecimento de seus irmãos e irmãs menores que muitos deixaram La Plata, se mudaram para outras cidades do país, partiram para a clandestinidade ou para o exílio.

A família de Maria Clara Ciocchini mudou-se para La Plata em dezembro de 1975, depois de meses escondendo-se devido ao acionar de grupos paraestatais em Bahía Blanca. Ela e suas irmãs eram militantes de frentes estudantis de *Montoneros* na cidade. Em agosto de 1975, o companheiro de uma delas foi desaparecido em Mar del Plata. No momento de seu sequestro, María Clara não vivia mais com seus pais por motivos de segurança, encontrando-se com sua mãe em uma igreja. Sua irmã, María Julia Ciocchini, soube do seu sequestro por meio de um controle de segurança com seus companheiros da *Juventud Universitaria Peronista* (JUP). A pedido de sua mãe, ela e uma de suas irmãs, Maía Eugenia, exilaram-se na Espanha (BIBLIOTECA Nacional, Testimonio de Claudia Julia Ciocchini, 10/09/12). Miguel e Luis César López Muntaner, irmãos de Francisco, militantes da *Juventud Trabajadora Peronista* (JTP), deixaram La Plata após o seu desaparecimento, seguindo uma decisão da organização. Luis César se mudou para Mendoza, onde se tornou um desaparecido em abril de 1977 (PREGAL, 22/12/14). A família Falcone foi alvo de sucessivos operativos repressivos devido à militância de Jorge Falcone. Ao ser avisado por seus pais do desaparecimento de María Claudia, ele e sua companheira partiram para a clandestinidade em Buenos Aires, onde continuaram a sua militância na área de Imprensa e Difusão de *Montoneros*. Em 13 de abril de 1977, seus

pais foram sequestrados em casa e levados para o CCD *La Cacha*, onde foram torturados e interrogados sobre o seu paradeiro. Em 14 de janeiro de 1978, eles foram novamente sequestrados, dessa vez na Zona Norte de Buenos Aires, enquanto desmontavam um “aparelho” ocupado por Jorge, e foram levados para o CCD *El Banco*. Jorge, Claudia Carlotto e sua filha recém-nascida partiram então para o exílio, retornando à Argentina, em 1980, como parte da *Contraofensiva Montonera* (FALCONE, 2001).

Para os pais, as transformações no seu cotidiano se relacionaram ao desenvolvimento de estratégias de busca por informações, de denúncia do ocorrido e de passar a se identificar como uma mãe ou um pai de desaparecido.¹³ Nesse processo, juntaram no quebra-cabeça algumas peças novas surgidas a partir das informações reunidas a partir da descoberta de outros casos de desaparecimentos ocorridos no círculo de amizade de seus filhos. Somaram-se ainda peças do vazio dos desaparecimentos: os rumores, as versões falsas, as negações etc. Entretanto, tiveram a seu favor as características de La Plata – uma cidade, como apontou Emilce Moller, “em que todos se conheciam” -, e da militância dos seus filhos. A política era algo que fazia parte da história e da cotidianidade de algumas famílias, que inclusive sabiam das atividades políticas dos jovens. A família Falcone, por exemplo, tinha uma longa trajetória no *peronismo*: vinculado ao *Partido Justicialista*, seu pai, Jorge Aldemar Falcone, foi o primeiro Subsecretário de Saúde Pública de Perón (1947-1950), intendente da cidade de La Plata (1949-1950) e senador provincial (1950-1952); sua mãe, Nelva Falcone, foi delegada regional na campanha de Eva Perón pelo voto feminino; e ele era presidente JUP na *Facultad de Medicina* da UNLP (MARCOTE, 02/03/10). No caso de Horacio Ungaro, sua irmã, Marta, aponta que sua família esteve tradicionalmente vinculada ao *Partido Comunista Argentino* (MEMORIA Abierta, *Testimonio de Marta Ungaro*, La Plata, Buenos

¹³ Foram poucos os irmãos que se envolveram na busca por informações e na denúncia dos desaparecimentos. Em Madri, Claudia Julia Ciochini se conectou à Casa Argentinos, trabalhando nas tarefas de solidariedade voltadas a outros argentinos exilados e de difusão de informações sobre as violações aos direitos humanos cometidas pela ditadura (BIBLIOTECA Nacional, *Testimonio de Claudia Julia Ciochini*, 10/09/12). Já Marta Ungaro, passou a participar exclusivamente na busca por seu irmão, Horacio, abandonando a sua militância no Partido Comunista Argentino. Essa busca resultou ainda no sequestro de outra irmã, Nora, em 30 de setembro. Após outro sequestro, de acordo com Marta, a família “debandou-se”: seu irmão, Luis, se escondeu em Buenos Aires na casa de um amigo e posteriormente partiu para o exílio na Suécia; enquanto ela abandonou a faculdade e foi morar em Rosario, retornando dois meses depois (MEMORIA Abierta, *Testimonio de Marta Ungaro*, La Plata, Buenos Aires, 2006).

Aires, 2006). O fato de a militância estudantil secundarista não ser clandestina e desenvolver-se ao redor da instituição na qual se estudava facilitou para os pais a busca por amigos que tivessem algum dado. Essa busca produziu uma rede de relações entre os familiares e a produção de estratégias de denúncia coletivas.

Após o sequestro de María Claudia, Nelva Falcone “golpeou todas as portas” para conseguir “alguma notícia”, interpelando autoridades militares, civis e eclesiais. Em seguida, buscou a mãe de Horacio Ungaro, Olga, pois sabia da sua amizade com sua filha. Olga também já estava em contato com os pais de Francisco López Muntaner, Gustavo Calotti, de Emilce Moler e principalmente de Daniel Racero, pois ambos haviam sido sequestrados juntos. Nelva e Olga começaram então a viajar juntas para Buenos Aires, onde conheceram um grupo de mães que nesse momento estavam formando as Mães da Praça de Maio. Nelva se converteu em uma referência de La Plata, organizando as primeiras reuniões de mães de desaparecidos na cidade.¹⁴ De acordo com Marta Ungaro, esse contato com outros familiares permitiu à sua família “reconstruir” o que ocorreu com Horacio e “descobrir através de distintos amigos deles” que ele não era o único desaparecido. Além disso, sua mãe passou a carregar em seu lenço branco os nomes de Daniel e de Horacio, sem “nunca mais separá-los” (MARCOTE, 10/07/2010).¹⁵

O resultado dessa aproximação foi a participação em ações coletivas durante a ditadura como a publicação de matérias pagas nos jornais. Em outubro de 1977, o jornal *La Prensa* publicou a matéria “*Madres y esposas de desaparecidos solo pedimos la*

¹⁴ A importância de Nelva Falcone entre as Mães da Praça de Maio pode ser notada, por exemplo, na notícia “*Una cartolina in Argentina può salvare 7000 scomparsi*”, publicada pelo jornal italiano *Il Lavoro*, em 14 de outubro de 1981. O motivo dessa reportagem foi o lançamento de uma campanha pela seção de Gênova da Anistia Internacional em apoio às Mães da Praça de Maio na Argentina. Para explicar quem eram os desaparecidos pelos quais as Mães se mobilizavam, o jornal utilizou o caso de María Claudia Falcone, adolescente, estudante do colégio *Bellas Artes* (*Il Lavoro*, 14/10/1981).

¹⁵ Os lenços brancos são um dos símbolos utilizados pelas Mães e pelas Avós da Praça de Maio no espaço público para distinguir-se dos outros atores do campo dos direitos humanos. Essa prática iniciou-se como forma delas se reconhecerem nos atos realizados durante a ditadura. Optaram então por utilizar um lenço branco similar às fraldas de pano utilizadas por seus filhos quando recém-nascidos. Posteriormente, algumas mães vinculadas ao grupo *Madres de Plaza de Mayo – Línea Fundadora* passaram a bordá-lo com os nomes e as datas dos sequestros de seus filhos desaparecidos, diferenciando-se assim da *Asociación Madres de Plaza de Mayo* que não utiliza estratégias de individualização dos desaparecidos. Hoje, eles são utilizados também para inscrever artisticamente a sua presença em locais onde historicamente se realizaram seus atos, como, por exemplo, a Praça de Maio em Buenos Aires. Ver: CATELA, 2001, p. 172-175; JELIN, 2017, p. 166-167.

verdad”, na qual um grupo de mulheres exigiam que as autoridades revelassem “a verdade sobre os desaparecidos”, entre as quais estavam Nelva, Olga, Marta, Rosa Matera (tia de María Claudia, testemunha do seu sequestro), Elsa Racero e Irma Muntaner de López (as mães de Daniel e Francisco respectivamente) (LA RAZÓN, 05/10/1977). A partir de 1978, as matérias publicadas no jornal *El Día* de La Plata tornaram-se listas de desaparecidos, com seus nomes e datas do sequestro, como, por exemplo, o documento “¿Dónde estan nuestros hijos? ”, produzido por “mães de desaparecidos de La Plata, Berisso e Ensenada”, que trazia os dados de Francisco e Horacio (CATELA, 2001, p. 89), e “*Exigimos ¡inmediata aparición con vida! de los detenidos desaparecidos*”, publicado em 1982 e assinado pelas “Mães da Praça de Maio de La Plata e cercanias”, denunciando os desaparecimentos de Horacio, Daniel, Francisco e María Claudia (EL DÍA, 19/11/1982). Esses documentos, além de registrar brechas encontradas pelos familiares para tornar públicos os casos de desaparecimentos, registram a mudança em suas consignas (da exigência pela “verdade” à “aparição com vida” e o reclamo por “justiça”) e na maneira de identificar-se publicamente (de “mães de desaparecidos a “Mães da Praça de Maio”).¹⁶

Outra prática que fez parte do repertório de ação dos familiares durante a ditadura foi a produção de testemunhos em organismos de direitos humanos na Argentina e no exterior. Após o sequestro de Claudio de Acha, sua mãe, Olga Koifman de Acha, denunciou o seu caso em organismos como o *Movimiento Ecueménico por los Derechos Humanos* (MEDH) e na seção argentina da Cruz Vermelha. Nesse espaço, ela foi aconselhada a ir ao exterior, caso tivesse a possibilidade, pois poderia ser a “única” maneira de saber algo sobre ele ou de solucionar o caso. A família então se exilou na Suécia, em agosto de 1978, onde continuou denunciado o sequestro de Claudio em espaços internacionais como o Vaticano, a Organização de Estados Americanos (OEA) e

¹⁶ Durante a ditadura, o repertório de ação dos familiares de desaparecidos e dos organismos de direitos humanos girou em torno do acolhimento das vítimas da repressão e dos seus familiares e da produção de uma verdade que disputasse com as versões oficiais produzidas pelos militares. A denúncia pública se tornou, então, uma das principais frentes de ação. Nos últimos anos da ditadura, a demanda de verdade e a necessidade de investigar o que ocorreu com cada vítima se conjugou com a de justiça e a importância de atribuir as correspondentes responsabilidades. Além disso, frente às incertezas produzidas pelo ocultamento de informações sobre os desaparecidos, a aparição pública de alguns sobreviventes dos CCD e as tentativas de se resolver a questão dos desaparecidos assumindo oficialmente que estavam todos mortos, as Mães da Praça de Maio passaram a defender a consigna “aparição com vida” que se converteu em uma das bandeiras da transição. Ver: JELIN, 2017, p. 102-120; GODOY, SCOCCO, 2019.

a Organização de Nações Unidas (ONU). Na Argentina, sua tia, Nelida Koifman de Acha ficou com os seus documentos para reiterar as denúncias nos organismos locais (MEMORIA Abierta, 10/05/85). Héctor Ciocchini, pai de María Clara, também concentrou inicialmente suas denúncias no exterior. Em setembro de 1977, Hector conseguiu uma bolsa de estudos na Inglaterra, onde buscou “esgotar todas as possibilidades”, denunciando à Anistia Internacional, a autoridades da Inglaterra e da Espanha, e à OEA (MEMORIA Abierta, 10/05/85). O fato de María Clara ser descendente de italianos a incluiu em algumas gestões realizadas por tal perfil de vítimas, como, por exemplo, a apresentação realizada pela embaixada italiana, em 30 de novembro de 1983, ao Ministério de Relaciones Exteriores argentino, a *Cancilleria*, por 1070 cidadãos italianos, descendentes diretos e seus parentes desaparecidos (CLARÍN, 30/11/1983).

As denúncias dos familiares foram a fonte para a produção de informes pelos organismos de direitos humanos na Argentina e no exterior. Neles, para além de um trabalho de “caso a caso” ou de elaboração de “listas de desaparecidos”, o objetivo era materializar a dimensão coletiva dos desaparecimentos e produzir um conhecimento sobre os padrões repressivos que permitissem tornar o desaparecimento forçado de pessoas em problema jurídico (BASUALDO, 2019, p. 128-130). Para tanto, os organismos classificaram as vítimas a parte de seus dados identitários, um critério de classificação que circulava nas redes transnacionais de direitos humanos. Essa denúncia restituía a humanidade das vítimas negada pelas práticas clandestinas e anônimas dos desaparecimentos, mas omitia as vinculações políticas como um dos elementos formadores de sua identidade (CRENZEL, 2008, p. 45).

Nesse processo, algumas categorias de vítimas se tornaram mais legítimas e com o uso mais difundido que outras. Em relação aos jovens de La Plata desaparecidos em setembro de 1976, sua inclusão entre os casos denunciados serviu para conformar a categoria de menores/adolescentes/estudantes secundaristas desaparecidos que, apesar das variações, tinham em comum a denúncia de casos de desaparecidos entre 13 e 18 anos, que desenvolviam atividades públicas em seus colégios e que demonstravam a vulnerabilidade das vítimas frente à repressão (RAGGIO: 2017: 51). Em novembro de 1979, “Ano Internacional da Infância”, o *Centre Argentin d’Information et de Solidarité*.

Situation des enfants en Argentine (CAIS), espaço de denúncia e de solidariedade formado por argentinos exilados em Paris, produziu um informe especial denominado *Situation des Enfants en Argentine*, no qual denunciou os seus impactos na saúde e na educação e a inclusão dos menores entre as vítimas da “mais sangrenta ditadura” da história argentina. Para tanto, o CAIS denunciou não só os casos de crianças sequestradas junto a seus pais ou que nasceram durante o sequestro de suas mães, mas também adolescentes presos e desaparecidos como parte de um plano de “disciplinamento da educação”, entre os quais estavam María Claudia e Horacio (CAIS, 1979).

De acordo com Marta Ungaro, durante a visita da CIDH, em 1979, elas denunciaram ambos os casos em entrevistas que ocorreram à parte com familiares de adolescentes desaparecidos (*Testemunho de Marta Noemí Ungaro*, 14/07/1999). No seu informe final, publicado em 1980, a CIDH não menciona nenhum dos dois casos. Porém, no capítulo 3, “*El problema de los desaparecidos*”, podemos encontrar uma parte dedicada especialmente ao desaparecimento de adolescentes, no qual, como apontou Sandra Raggio, descreve-se, a partir das informações entregues a CIDH por uma “*Agrupación Familiares de Menores Desaparecidos*”, um mesmo *modus operandi*, cujas características apontadas coincidem com os seus sequestros: o período em que ocorreu a maioria dos sequestros (entre maio e dezembro de 1976), a maneira como eles ocorreram (em casa, por um grupo numeroso de membros das forças de segurança), assim como a ausência de respostas oficiais sobre os desaparecimentos.¹⁷ Além disso, o informe ressalta que antes eles tinham uma vida “normal” para a sua idade (viviam com seus pais, tinham documentos de identidade, estudavam/trabalhavam), o que contrastava com a ação realizada pelas forças repressivas que “*detienen a menores de edad sin motivo ni orden judicial, lo hacen sin identificación alguna, visten de civil y se mueven con total impunidad a pesar de lo ilegal de su acionar*” (RAGGIO, 2017, p. 43).

Essa interpretação foi ratificada pelo *Centro de Estudios Legales y Sociales* (CELS), em 1982, com a publicação do folheto “*Adolescentes Detenidos-Desaparecidos*”.

¹⁷ O relatório da CIDH sobre a visita realizada à Argentina em 1979 pode ser consultado na página: <http://www.cidh.oas.org/countryrep/Argentina80sp/Cap.3.htm#C.Algunos%20casos%20de%20desaparecidos> (Acesso em: 29 jun. 2020).

Ao analisar “um dos aspectos mais dramáticos” do sistema repressivo adotado pela ditadura, o documento denuncia que 130 adolescentes foram sequestrados, a maioria entre maio de 1976 e julho de 1977, na presença de seus pais, quando “não foram encontradas armas, nem qualquer material comprometedor”. Eram jovens que “desenvolviam atividades legais” e que demonstravam “precocemente inquietudes intelectuais, artísticas, políticas e sociais”; logo, seria impossível considera-los “perigosos para a sociedade”. Ao buscar um “denominador comum” que explicasse os casos, o CELS aponta que seus familiares relataram que eles haviam pertencido a UES, participado dos centros de estudantes ou das *tomas* de 1973, ou haviam frequentado alguma unidade básica em seus bairros.¹⁸ Entretanto, como destaca o CELS, essas organizações eram, no momento de sua participação, legais. A sua conclusão é de que o objetivo dos seus sequestros era “tirar de circulação jovens suscetíveis a se converter em líderes estudantis”, um demonstrativo da “absurda desproporção entre a debilidade das vítimas e os recursos utilizados pelos sequestradores”. Além disso, buscava-se atingir o entorno dos estudantes, interrogando-os sobre colegas e ex-colegas, relacionando as vítimas entre si pelo fato de ter compartilhado os mesmos espaços (CELS, 1982).

Esse teria sido o caso de Horacio Ungaro. Segundo o CELS, ele “havia sido designado por seus companheiros como delegado do curso para pedir a instauração do boleto escolar”. De acordo com sua mãe, apesar dos seus sequestradores afirmarem que “não tinham nada contra ele”, e que já haviam se informado sobre seus antecedentes escolares, na *Escuela Normal Nro. 3 de La Plata*, eles apontaram que o levariam para dar “nomes de companheiros que atuam na subversão, coisa que deveria saber por ser aluno do quinto ano” e que logo seria devolvido à sua casa. Apesar de não trazer uma lista com os outros adolescentes sequestrados na noite de 16 de setembro de 1976 atrelada à denúncia de Horacio, o CELS aponta que “*Esa misma noche fueron secuestrados, en operativos similares dieciseis menores, todos estudiantes secundarios, relacionados entre ellos por ser condiscípulos o amigos*” (CELS, 1982, p. 16). No final do documento,

¹⁸ As unidades básicas eram centros locais ou nos bairros onde simpatizante e militantes do *peronismo* realizavam distintas atividades políticas, sociais, solidárias, de educação e de capacitação.

há uma lista de “adolescentes detidos-desaparecidos”, entre os quais estão, além de Horacio, Claudio, María Claudia e Daniel.

La noche de los lápices e o mito das vítimas inocentes

Nos primeiros anos da redemocratização, os casos dos jovens de La Plata se converteram em um dos principais veículos de denúncia dos crimes cometidos pela última ditadura. As informações reunidas durante a investigação da CONADEP e ratificadas nas audiências do *Juicio a las Juntas*, apontaram que seus sequestros eram parte de um episódio específico da repressão ditatorial, que passou a ser conhecido como *la noche de los lápices*. No relato que se conformou, e que logo recebeu destaque nos meios de comunicação, os sequestros foram entendidos como resultado da sua participação na campanha realizada em La Plata pelo BES, em 1975.

La noche de los lápices dialogava assim com os processos de elaboração e de produção da memória social em curso com o final da ditadura, principalmente as primeiras produções de sentido sobre quem eram os desaparecidos e os usos da sua memória para condenar os militares. Segundo Marina Franco e Claudia Feld, na imediata pós-ditadura, um dos embates políticos e simbólicos que se colocaram no espaço público foi “como apresentar os desaparecidos como vítimas de violações e de crimes aberrantes e sistemáticos”, frente a discursos ainda em circulação que reivindicavam ou justificavam a repressão, apontando-os como “subversivos” e “responsáveis por provocar a repressão”. A partir de distintas estratégias dos organismos de direitos humanos e das iniciativas desenvolvidas pela CONADEP no curso de sua investigação, os desaparecidos passaram a ser apresentados como vítimas, destacando-se o dano produzido neles e nas suas famílias. Sua vitimização se reforçava ainda na sua apresentação como “vítimas inocentes”, um discurso de denúncia já utilizado nos espaços de denúncia no exterior e que nesse momento serviu para questionar a atribuição de responsabilidades à “subversão”, além de demonstrar o caráter criminoso da repressão. Paulatinamente, os desaparecimentos passaram a ser entendidos como parte de uma “violência massiva e sistemática”, que provavam a responsabilidade criminosa das Forças Armadas (FELD, FRANCO, 2015, p. 382-390).

Casos como os dos jovens de *la noche de los lápices* foram centrais para reforçar o “mito das vítimas inocentes” por narrar fatos que pareciam “inadmissíveis”, “trágicos” ou “excepcionais”. Em relação aos estudantes secundaristas, sua inclusão entre as “vítimas inocentes” se deu por meio da centralidade da categoria “adolescente”, que lhes garantia uma inocência de tipo jurídica, pois, como menores de idade, não eram sujeitos imputáveis por seus atos, e simbólica, pois os relatos sobre suas trajetórias produziam uma representação da adolescência que destacava características tidas como próprias dessa etapa vital, como, por exemplo, “a vulnerabilidade”, “a pureza”, “a ingenuidade”, “a rebeldia” e “a inquietude”. Politizou-se e respondeu-se dessa maneira às acusações de “subversão” ao colocar-se na cena pública outras representações sobre os adolescentes dos anos 1970: uma “inversão histórica” dos arquétipos utilizadas pela ditadura para justificar o controle sobre seus espaços de sociabilidade (LORENZ, 2007, p. 29-31; FELD, FRANCO, 2015, p. 386; RAGGIO, 2016, p. 52).

De acordo com Sandra Raggio, a CONADEP foi a responsável por armar com os diversos testemunhos uma história que se tornou pública, identificada com um nome, uma data e uma categoria de vítimas: *la noche de los lápices*, ocorrido em 16 de setembro de 1976, quando a Polícia da Província de Buenos Aires havia realizado um operativo contra um grupo de 16 estudantes secundaristas, adolescentes, entre 14 e 18 anos de idade, que haviam participado da campanha pelo “boleto escolar”, no marco do combate das Forças Armadas contra a “subversão nas escolas”. Para isso, a CONADEP construiu uma narrativa sobre os fatos, apesar das diferentes versões aportadas pelas testemunhas. Os testemunhos dos familiares, por exemplo, apresentavam algumas diferenças, principalmente, em relação à apresentação dos desaparecidos como militantes da UES (RAGGIO, 2017: 46-49). Na classificação dos testemunhos, a CONADEP tomou os CCD como eixo para reconstruir a trama do sistema de desaparecimentos (CRENZEL, 2008, p. 77). A identificação dos desaparecidos, a coincidências em suas datas de sequestro e a confirmação que foram vistos nos *pozos* de *Arana* e *Banfield* pelos sobreviventes foram importantes para armar uma mesma trama a partir de seus casos.

A narrativa produzida pela CONADEP foi veiculada em dois informes produzidos pela Comissão. O primeiro, de setembro de 1984, denunciou a “matança de

estudantes secundaristas” em sanção à campanha pelo “boleto escolar secundarista” realizada em La Plata em 1975 (CONADEP, 17/16/1984). Esse comunicado foi publicado pelo Clarín, em uma nota de 18 de setembro, que associou a sua divulgação ao “oitavo aniversário do episódio” (CLARÍN, 18/09/1984). *La noche de los lápices* foi ainda um dos casos destacados no informe final da CONADEP publicado em novembro de 1984. Nas páginas do “*Nunca Más*”, os desaparecidos foram apresentados como “pessoas que tiveram seus direitos usurpados”, construindo uma “imagem vasta e imprevisível de quem poderia sofrer os desaparecimentos”, mas com “fronteiras definidas” ao redor da sua distância da política e da guerrilha (CRENZEL, 2008, p. 100-112). Os adolescentes são citados no “Prólogo” como casos que produziam a “desproteção da sociedade” e “o temor de que qualquer um, por inocente que fosse, poderia cair naquela infinita caça às bruxas”, pois eles foram detidos por “ir aos bairros populares ajudar os moradores” ou por ter sido “membro de um centro estudantil” (CONADEP, 1984: 09). No segundo capítulo, “Vítimas”, os adolescentes são apresentados como “sensíveis”, “idealistas” e “ingênuos” (CONADEP, 1984: 323-324). A parte dedicada aos “estudantes secundaristas” denuncia a “tristemente recordada” “*noche de los lápices*”, quando um grupo de 16 jovens, “todos eles estudantes secundaristas vinculados entre si”, e que havia “participado de uma campanha pelo boleto escolar”, foi “arrancado de seus lares” na noite do 16 de setembro, por um operativo contra “secundaristas que quiseram reivindicar seus direitos (CONADEP, 1984, p. 329-331).

Durante as audiências do *Juicio a las Juntas*, *la noche de los lápices* foi elevado a caso judicial, tornando-se um dos “casos paradigmáticos” selecionados entre os 9.000 casos de desaparecimentos reunidos pela CONADEP e enviados à justiça (CRENZEL, 2008, p. 95). Os “casos paradigmáticos” eram aqueles que, segundo a estratégia da promotoria, demonstravam contradições no discurso ditatorial em relação à proteção à família (CRENZEL, 2008: 137-141; MEMORIA Abierta, *Testimonio de Julio Strassera*, Buenos Aires, 2007). Os testemunhos brindados nas audiências dos dias 09 e 10 de maio de 1985 sobre o caso em questão demonstravam isso por relatar o ataque a famílias e a “jovens estudantes” no marco de uma “repressão indiscriminada”. Em seu testemunho, Nelva Falcone caracterizou sua filha como “uma das melhores alunas de *Bellas Artes*”. De

acordo com Olga de Acha, os sequestradores do seu filho o levaram depois que o seu pai o identificou como “estudante do *Colegio Nacional* dependente da *Universidad de La Plata*”. A violência se perpetuou na sua busca por informação, na qual, como relatou Daniel Díaz, eles eram desencorajados a fazer denúncias, pois eram “contraproducentes”; encontraram-se com mentiras como os “locais de recuperação” para onde os desaparecidos teriam sido mandados, como lhe disseram a Nelva Falcone, ainda, foram vítimas de golpes de supostos militares dispostos a ajudar, como relatou Hector Ciocchini. Em seu testemunho, Victor Carminatti, ao reconhecer algumas das vítimas entre os sequestrados que ele havia visto com vida em *Arana*, definiu os jovens de *la noche de los lápices* como “um grupo de meninos” que se notava, pela linguagem utilizada por eles, que “não eram politizados”, não “estiveram em contato com ideologias estranhas” e “não tinham militância política” (MEMORIA Abierta, 1985).

Após as audiências, o testemunho de Pablo Díaz teve forte repercussão pública. Em seu relato, segundo Sandra Raggio, Díaz inscreveu o seu sequestro na trama do 16 de setembro e ofereceu uma explicação para os fatos, a partir das perguntas do seu interrogatório e das conversas com os outros desaparecidos, quando todos se encontraram no *Pozo de Banfield*: eles haviam sido sequestrados “por uma relação que tiveram pelo pedido ao boleto escolar secundaristas” (RAGGIO, 2017, p. 55-58). Além de reforçar essa hipótese, que apareceu no “*Nunca Más*”, Díaz agregou algumas informações como, por exemplo, uma versão falsa da sua detenção, segundo a qual ele havia sido “detido na rua” por carregar “alguns panfletos”, no dia 28 de dezembro, data na qual, em realidade, sua detenção havia sido legalizada pelo Poder Executivo Nacional (DIARIO del Juicio, 11/06/1985, p. 66). No dia seguinte ao seu testemunho, o jornal *Clarín* publicou uma nota que apontava o impacto imediato do seu relato. De acordo com *Clarín*, durante uma hora e quarenta minutos, na sala de audiência, “apenas vibrou a voz de Díaz”, denunciando sequestros, privações ilegítimas de liberdade, torturas reiteradas, lesões, violações e desaparecimentos; todos provocados a um “grupo de adolescentes”. Apesar de não ter sido “o primeiro testemunho a comover os presentes”, seu relato havia emocionado inclusive os fiscais, que, no final, “correram para abraça-lo”. O clima de emoção continuou na saída do tribunal, quando: “*Algunos se acercaron a felicitarlo por su*

testimonio, y otros hasta lo aplaudieron. Díaz repetía en voz baja: 'Me acuerdo de los chicos, nada más. Solo de los chicos'.” (CLARIN, 10/05/1985).

Em 11 de junho de 1985, o “*Diario del Juicio*” publicou uma versão taquigráfica do testemunho de Díaz, na qual foram incluídos alguns subtítulos que auxiliam a leitura e a compreensão do seu relato.¹⁹ Um desses subtítulos, “*Boleto Escolar*”, destaca a parte em que ele explicou como havia chegado à conclusão sobre a centralidade da mobilização estudantil em 1975 para a compreensão dos sequestros (DIARIO del Juicio, 11/05/1986, p. 64). Após a sentença do julgamento, em 07 de janeiro, Díaz foi convocado pela publicação para expor, juntamente a outra sobrevivente, Adriana Calvo, as suas discordâncias da decisão judicial, o que demonstra a sua legitimidade pública entre os sobreviventes que participaram como testemunhas (DIARIO del Juicio, 07/01/1985, p. 29-30).

De acordo com Claudia Feld, no pós-ditadura, a palavra das testemunhas era uma “palavra ameaçada”, pois: “*Dar testimonio significaba (...) tornar creíbles las palabras de quienes habían sido considerados, durante la dictadura, como enemigos y, sobre todo, mostrar lo que nadie – más allá de las víctimas directas y de los perpetradores – había visto* (FELD, 2015: 706). Nesse quadro, os espaços institucionais da CONADEP e dos julgamentos, além de se constituírem em espaços para a escuta dos testemunhos, garantiram a veracidade do relatado por familiares e por sobreviventes. No caso dos últimos, os primeiros anos da transição são interpretados geralmente como um “momento de emergência pública dos sobreviventes (GONZÁLEZ TIZÓN, 2018, p. 90). Entretanto, não se tratou de um processo livre de conflitos. Durante a ditadura, havia se instalado entre alguns denunciante do movimento de direitos humanos a associação entre sobreviventes e traidores/colaboradores. Consequentemente, os sobreviventes foram objeto de suspeitas, desconfiança, repúdio e estigmatização no campo dos direitos humanos na Argentina e no exterior (CRENZEL, 2008, 44). A partir das políticas de investigação e de julgamento implementadas por Raul Alfonsín, sua palavra se converteu em uma das principais provas dos desaparecimentos. Por outro lado, ainda não era simples

¹⁹ O *Diario del Juicio* foi uma publicação semanal lançada pela Editora Perfil entre 27 de maio de 1985 e 28 de janeiro de 1986 para informar sobre as audiências, com um formato que se dividia entre crônicas sobre o que ocorria no tribunal, colunas assinadas por especialistas do Direito Penal e versões taquigráficas dos relatos dos testemunhos (FELD, 2002, p. 25-32).

recuperar em seus relatos suas trajetórias militantes anteriores ao sequestro, pela possibilidade de serem deslegitimados enquanto vítimas, nem ser reconhecido publicamente nesse lugar ambíguo de vítima dos desaparecimentos (FELD, 2002; BACCI, 2015).

Apesar dessas tensões, nesse marco, Pablo Díaz, como apontou Sandra Raggio, foi um “sobrevivente particular”. Para a autora, sua particularidade se relacionou ao fato de ele construir o seu relato colocando-se em uma situação de igualdade com os desaparecidos, que se afirmava em seu pacto com os ausentes de assumir um dever de memória (RAGGIO, 2017, p. 59). A nosso ver, essa particularidade se relacionou também ao fato de que os familiares, desde o momento em que se contataram com Díaz, reconheceram a legitimidade das informações aportadas por ele. Esse contato se iniciou durante a sua detenção na *Unidad 9* de La Plata, quando ele pediu a sua mãe que entrasse em contato com a família Falcone para levar-lhes notícias sobre María Claudia (MEMORIA Abierta. *Testimonio de Nelva Falcone*. Buenos Aires, 2005). Desde então, os detalhes brindados por ele foram reproduzidos nos testemunhos dos familiares ao CELS, a CONADEP e à justiça. Publicamente, a legitimidade de Díaz como “livre de suspeitas” se relacionou ainda ao fato de que o seu testemunho afirmava a figura do “*perejil*” – o militante adolescente, de pouco envolvimento nos processos de mobilização dos anos 1970 –, central nas estratégias de denúncia e de condenação aos militares.

A particularidade da prática testemunhal de Díaz foi reforçada ainda com o lançamento de dois produtos culturais que se converteram em importantes veículos de memória sobre *la noche de los lápices*, alcançando uma audiência mais ampla: um filme e um livro homônimos, “*La Noche de los Lápices*”, ambos lançados em 1986. Esses produtos culturais já foram analisados detalhadamente como herdeiros da narrativa constituída sobre a legitimidade do relato oficial da CONADEP e corroborada pela justiça (CRENZEL, 2008: 143-144; RAGGIO, 2017; GALANTE, 2019: 200-20). Mas gostaríamos de destacar alguns elementos que formaram essas narrativas e que produziram um repertório de personagens e de elementos visuais que, a partir de 1986, seriam utilizados nos atos em homenagem a *la noche de los lápices*.

O primeiro deles são as estratégias visuais utilizadas pelo livro para denunciar o ocorrido com os desaparecidos e para representá-los: a reprodução da mão com uma luva negra agarrando um lápis na capa e as fotos 3x4 presentes na abertura dos capítulos sobre cada uma das vítimas. Os lápis e o rosto dos desaparecidos formaram uma iconografia ao redor do episódio em questão que, a cada homenagem, passou a ser reproduzida em diferentes suportes e materiais (panfletos, cartazes, pichações, estêncil etc.) pelos responsáveis pelas convocatórias do 16 de setembro.

O segundo é uma delimitação em ambos os relatos de quem eram as vítimas de *la noche de los lápices*. Em seu trabalho, Sandra Raggio apontou para as variações nos relatos produzidos sobre quem eram as vítimas de *la noche de los lápices*, entre as denúncias realizadas na ditadura e a publicação das conclusões da CONADEP (RAGGIO, 2017). A partir da repercussão pública do testemunho de Pablo Díaz e principalmente das narrativas do livro e do filme, esses casos se resumiram a Díaz e aos sequestrados em 16 de setembro – María Claudia, María Clara, Francisco, Claudio, Daniel e Horacio –, dentre os quais Díaz seria o único sobrevivente. No livro, Emilce Moler e Patricia Miranda são apresentadas como “as ausentes”: duas sobreviventes do episódio que não haviam declarado (SEOANE, NUÑEZ, 2011, p. 222-224).

Por outro lado, testemunhos posteriores de Emilce apontam para outra versão: nesse momento ela participava na *Causa Camps*, uma causa judicial aberta em 1986 para julgar o envolvimento do general Ramón Camps na repressão. Nesse momento, ela já tinha uma inserção no movimento de direitos humanos de Mar del Plata, cidade onde foi viver após ser liberada e encontrou nas marchas realizadas pelos organismos um espaço para voltar a militar. Chegada a democracia, aproximou-se dos advogados de La Plata para participar do *Juicio a las Juntas*, mas eles preferiram que ela e seu pai depusessem como testemunhas da *Causa Camps* (Memoria Abierta, *Testimonio de Emilce Moler*, Buenos Aires, 2006). Logo, ao contrário do que afirmaram os autores do livro, Emilce alega que: “*En [El juicio a] las Juntas no fue que no quise declarar ni que hice un pacto de silencio, sino que a mi testimonio lo pasaron a otro Juicio, y declare en el año 1986 contra Camps*” (Transcrição do depoimento de Emilce Moler no documentário *El Boletó fue secundario*,

2009).²⁰ Além disso, no documentário *El Boletó fue* secundário, ela aponta que foi convidada para participar do livro de María Seoane e Héctor Ruiz Nuñez com um capítulo que narraria a sua experiência, porém, acabou brigando com os autores devido à decisão editorial de não abordar a militância das vítimas.

Já Gustavo Calotti, após ser liberado, exilou-se na França. A partir de um trabalho para o seu Mestrado sobre os desaparecidos na Argentina, ele estabeleceu contato epistolar com as Mães da Praça de Maio. Durante a investigação da CONADEP, ele não se sentiu seguro para dar testemunho na embaixada da Argentina, por medo de expor sua família que vivia no país. Porém, ao ser citado para depor por correspondência diplomática durante o *Juicio a las Juntas*, ele deu o seu primeiro testemunho (*Memoria Abierta, Testimonio de Gustavo Calotti*, Buenos Aires, 2006). Em 28 de novembro de 1985, o “*Diario del Juicio*” publicou uma nota com tal testemunho de título “*Gustavo Calotti y la ‘noche de los lápices’*”. Entretanto, em vez de inclui-lo como uma das vítimas desse episódio, Calotti é citado na nota como uma das testemunhas que havia reconhecido os jovens desaparecidos no *Pozo de Arana* (*DIARIO del Juicio*, 28/11/1985, p. 496).

Tais representações surgem, por exemplo, no convite de um ato realizado pela delegação de Pergamino da *Asamblea Permanente por los Derechos Humanos* (ADPH), em agosto de 1986, para a apresentação do livro “*La Noche de los Lápices*”. Na capa do convite, vemos a mão de um “gorila”, representação utilizada na Argentina para se referir à direita reacionária, quebrando um lápis, e o anúncio de Pablo Díaz como o “único sobrevivente”. Na página seguinte, estão os retratos 3x4 de María Clara, Claudio, Horacio, Francisco e María Claudia, com um relato sobre os seus sequestros. Na carta enviada a *Familiares de Detenidos y Desaparecidos por Razones Políticas* que acompanhou esse convite, a APDH apontava que Pablo Díaz se pronunciaria sobre a

²⁰ Diferentemente de Emilce, a outra “ausente” apontada pelo livro, Patricia Miranda, até o momento não realizou um testemunho público sobre o seu sequestro ou desaparecimento. O seu caso é significativo para pensarmos alguns questionamentos. De um lado, pode-se pensar que o fato de que sua história esteja integrada à memória coletiva acerca da ditadura na Argentina – graças à notoriedade alcançada pelo episódio repressivo do qual fez parte – não significa que individualmente ela pôde realizar um trabalho subjetivo de ressignificação do ocorrido e de superação de traumas e temores surgidos com a sua experiência de sequestro e tortura. De outro lado, silenciar-se é uma das opções que os sobreviventes de uma situação-limite podem fazer uma vez em liberdade. Ambos nos permitem o problematizar a recuperação da trajetória dos sobreviventes de experiências de violência extrema apenas no lugar de testemunhas.

“tragédia ocorrida na madrugada do 16 de setembro em La Plata”, quando a repressão da ditadura militar “se descarregou com especial virulência sobre o movimento estudantil secundário”. De acordo com a APDH, essa história cobraria vivência na palavra do orador do evento, contribuindo “ao esclarecimento de fatos terrivelmente dolorosos como o que será lembrado”. Para tanto, a APDH convoca a participação da cidadania, pois “apenas a participação evitará que eles se repitam”, associando assim a intenção do “nunca mais” a um contato com a história de *La noche de los lápices* (APDH, 21/08/1986).

Esse documento traz também um elemento ainda pouco discutido sobre os dois produtos culturais: sua recepção em um contexto marcado pelos debates ao redor da continuidade e a extensão das causas judiciais contra os acusados de crimes cometidos durante a última ditadura e pelos temores e incertezas que geravam os conflitos entre os atores civis e militares.²¹ Na cobertura jornalística do lançamento do livro e do filme, notamos que *La noche de los lápices* foi logo lido como um símbolo contra o esquecimento e contra a impunidade que surgiam como possibilidades frente às pressões exercidas para se encerrar o acerto de contas com a ditadura. Em 30 de julho de 1986, o jornal *La Razón* publicou uma reportagem sobre a multidão que havia acompanhado a apresentação do livro no *Centro General San Martín*, em Buenos Aires. Para o autor da nota, essa presença multitudinária se relacionava ao seu reconhecimento como “símbolo eloquente do que constituiu o regime militar para o povo argentino”, por demonstrar que não haveria “atenuantes” para a “brutalidade” exercida pela última ditadura contra “um grupo de adolescentes que pedia por um boleto estudantil” (LA RAZÓN, 30/07/1986). O

²¹ Durante o governo de Raul Alfonsín, a manutenção de uma convivência entre civis e militares no marco da democracia se colocava no horizonte institucional, limitando o tratamento judicial das violações de direitos humanos. No início do governo, podemos perceber políticas de apoio à atuação dos juízes, resultando em cerca de 1.200 oficiais superiores processados pela justiça civil até os últimos meses de 1986. Em dezembro deste ano, passou a colocar limites sobre os processos que incomodavam cada vez mais a instituição militar, através da aprovação da Lei de Ponto Final. Esta fixava um prazo de 60 dias para que a Justiça ouvisse os militares citados em causas em curso; terminado esse prazo, nenhum militar poderia ser chamado a depor. Entretanto, o efeito dessa lei foi contrário: mesmo se tratando de meses de recesso judicial, cerca de 400 oficiais foram interrogados e vários processos finalizados. Como resultado, na Semana Santa de 1987, correram algumas sublevações de militares, conhecidas como *carapintadas*, que exigiam uma solução para os processos judiciais e uma anistia geral para aqueles que participaram de ações repressivas cumprindo ordens. Para resolver a situação, em junho de 1987, foi aprovada a Lei de Obediência Devida que estabeleceu que alguns atos cometidos pelos militares durante a última ditadura não eram puníveis por terem ocorrido em virtude do princípio da obediência devida. Ver: BISQUERT, LVOVICH, 2008, p. 46-49; CRENZEL, 2008, p. 147-148; GALANTE, 2019, p. 203-214.

encerramento das filmagens e o lançamento do filme foram acompanhados por reportagens e críticas que marcaram a sua importância como um “relato contra o esquecimento” e como um “veículo transmissor” de um episódio que “definitivamente” ficaria registrado na memória coletiva dos argentinos” (LA RAZÓN, 11/08/1986; LA RAZÓN, 06/09/1986). Entretanto, apesar do sucesso de público, o lançamento do filme não esteve distante dos conflitos pela memória que dominavam o espaço público naquele momento: horas depois da sua exibição em La Plata, a Polícia Federal desativou uma bomba na empresa de distribuição. Na sua declaração para o *Clarín*, o diretor Héctor Olivera também afirmou a importância de *La noche de los lápices* como testemunho de um episódio trágico que dialoga com o anseio do “nunca mais”. Para ele, a tentativa de atentado se relacionava a uma “política de avestruz” que tentava esconder uma obra que era “o testemunho de uma época e de um fato muito doloroso”, que não deveria “voltar a repetir-se jamais” (CLARIN, 06/09/1986).

O 16 de setembro: homenagens e disputas em torno da memória dos desaparecidos

A relação entre os estudantes secundaristas argentinos e o episódio *la noche de los lápices* afirmou-se, a partir de 1986, nos atos que passaram a se realizar em distintas cidades do país por motivos do aniversário do episódio repressivo. Essa prática, iniciada nos primeiros anos da redemocratização, incluiu o 16 de setembro como parte do calendário de comemorações em torno do passado recente e da ditadura. Esse calendário é marcado por dias que funcionam como núcleos convocatórios (STERN, 2006): momentos de encontro entre diversos atores que atualizam o repúdio cultural e político ao chamado terrorismo de Estado, ao mesmo tempo em que reivindicam as suas vítimas e a história de luta pelo seu reconhecimento oficial.

Entre 1986 e 1988, Pablo Díaz recebeu ainda uma bolsa da Delegação Argentina do *Servicio Universitario Mundial*, com a qual ele viajou por todo o país realizando atividades, debates e palestras em bairros, sindicatos, paróquias, escolas, universidades e em atos de apoio aos organismos de direitos humanos. Como aponta em sua solicitação de renovação da bolsa, em dezembro de 1987: “*Debido a la beca otorgada por el Servicio*

Mundial Universitario, sede argentina, permitió intensificar la actividad de trabajar sobre la recuperación de la memoria colectiva, problemática (sus secuelas) de la represión en la Argentina, derechos humanos en los jóvenes, etc.”. Podemos observar a inclusão na carta de um anexo com uma descrição das atividades desenvolvidas por ele. Em alguns momentos, as suas exposições não se restringiram à prática testemunhal, mas estiveram associadas a discussões sobre os efeitos das Leis de Ponto Final e de Obediência Devida (DÍAZ, 18/12/1987).

A circulação do relato sobre *La noche de los lápices* nas escolas contribuiu para a instituição do 16 de setembro como uma ponte para a construção de memórias sobre a última ditadura no âmbito escolar e como um emblema para a rearticulação de parte do movimento estudantil secundarista (LORENZ, 2007). Em 1986, por motivo do décimo aniversário, diversos colégios secundaristas realizaram atos em Buenos Aires, em La Plata e nas zonas norte e sul da Província de Buenos Aires no dia 15 de setembro. No dia seguinte, alguns desses colégios se concentraram no Obelisco em Buenos Aires para “recordar massivamente aquele episódio”, com a presença de algumas Mães da Praça de Maio, familiares dos estudantes desaparecidos e de Pablo Díaz, “único sobrevivente”. Os grupos estudantis que convocaram o ato, segundo *Clarín*, apontaram a importância de recordar “companheiros que fizeram parte de uma geração que tentava transformar a realidade do país e que por isso foram sequestrados”, ao mesmo tempo em que traziam demandas próprias como a democratização do ensino médio, o aumento do pressuposto educativo, o fomento da participação nos centros de estudantes e a investigação das ameaças que alguns estudantes secundaristas estavam sofrendo em distintos colégios. Por sua parte, alunos do centro de estudantes da *Escuela Nacional Superior de Profesorado Mariano Acosta* decidiram propor à *Dirección Nacional de Enseñanza Media y Superior* (DINEMS) um projeto que declarasse o 16 de setembro “Dia da Reafirmação dos Direitos do Estudante Secundarista” (CLARÍN, 16/09/1986).

De acordo com o jornal *La Razón* de La Plata, uma “multitudinária concentração” ocorreu na *Plaza de la Republica* da cidade para comemoração do “décimo aniversário de *La noche de los lápices*”. O ato contou com a participação de um grupo de Mães da Praça de Maio, de estudantes e com a presença de Pablo, “único sobrevivente”,

que ficou no meio de uma roda formada pelos panos brancos das Mães e pelos estudantes. No ato, ele afirmou que a presença massiva dos estudantes secundários significava que sua “luta não havia sido em vão” e que “sempre se aprendem as lições da história”, pois seguiam “reclamando juízo e castigo aos culpados do genocídio e os estudantes secundaristas também seguiam reclamando pelo boleto estudantil”. Os estudantes reivindicaram algumas consignas relativas ao passado ditatorial em gritos (“*Que aparezcan vivos los estudiantes desaparecidos*” e “*Perpetua a los milicos*”) e em cartazes (“*Nunca más otra noche de los lápices*”). Além disso, distribuíram alguns panfletos com demandas como: “*Boleto estudiantil secundário*”, “*Centros de estudiantes independientes y participativos*”, “*Mayor presupuesto educativo*”, “*No a la represión a los colégios*” e “*Aparición con vida de todos los estudiantes desaparecidos*” (LA RAZÓN, 17/09/1986).

Em 16 de setembro de 1988, *Abuelas de Plaza de Mayo*, *Familiares de Desaparecidos y Detenidos por Razones Familiares* e *Madres de Plaza de Mayo – Línea Fundadora* realizaram um ato para recordar *La noche de los lápices*, em Buenos Aires. Nesse ato, lançaram um documento no qual convidavam a sociedade argentina a instituir o 16 de setembro como o *Dia da Juventude*. Com o intuito de recuperar a memória histórica do *povo argentino*, os organismos reivindicavam nessa data a luta estudantil, política e sindical de milhares de jovens *detidos-desaparecidos*, encabeçados por aqueles que doze anos atrás foram sequestrados e desaparecidos na *trágica noche de los lápices*, por reclamar o boleto estudantil. À reivindicação dos jovens desaparecidos, somava-se a da angustiante situação de filhos e netos de desaparecidos à espera de resposta sobre o destino de seus familiares, a restituição das verdadeiras famílias dos bebês *apropriados* durante a ditadura, e o direito dos jovens argentinos a um presente e um futuro dignos, dificultados pela política econômica e social daquele momento (ABUELAS, 16/09/1988).

Em Buenos Aires, de acordo com o jornal *Página/12*, cerca de 4 mil estudantes convocados pela *Coordinadora de Centros Estudiantiles* se mobilizaram ao Ministério de Educação e ao Congresso Nacional para “homenagear aos seus companheiros, vítimas da ditadura militar e exigir uma regulamentação do meio boleto estudantil em todo o território argentino pelo qual eles lutavam”. O ato foi marcado por consignas em oposição

ao governo do radical Raul Alfonsín, com consignas como “*Hay que saltar, hay que saltar, el que no salta es radical*”, assim como questionamentos a figuras do governo, como os Ministros do Interior e da Economia. Em paralelo, ocorreu outro ato no *Colegio Hipólito Vieytes*, organizado pelo grupo *Franja Morada Secundarios*, vinculado ao radicalismo, no qual ocorreram a apresentação de grupos de *rock*. A divisão entre os estudantes secundaristas se relacionava às diferentes posturas em relação ao governo. Enquanto *Franja Morada* acusava a *Coordinadora* de ter “atitudes muito sectárias” e de “atacar desafortadamente o governo”, ela acusava os estudantes radicais de serem “instrumentos de manobra eleitoral”, de “boicotar a mobilização estudantil”. Para um dirigente ligado à *Coordinadora*, “Os mesmos que deixaram em liberdade os torturadores e assassinos, agora reivindica *La noche de los lápices*”, questionando a legitimidade dos estudantes radicais de reivindicar a data devido às políticas adotadas pelo governo que limitaram o julgamento aos envolvidos na repressão (PÁGINA/12, 17/09/1988).

Mais que “dias de protesto”, com o fim da ditadura, datas como o 16 de setembro concentraram “denúncias, lembranças, reivindicações, novidades, silêncios, esquecimentos, discursos, música e a presença física de diversos atores sociais e políticos” (CATELA, 2001, p. 220). Por meio de distintas práticas e rituais, esses atores tornam públicos os seus “trabalhos de memória” relativos ao passado recente. É importante ter em vista que os “trabalhos de memória” são a produção ativa de sentidos sobre o passado no presente; logo, a conjuntura em que o passado é rememorado tem efeitos sobre as narrativas produzidas e os usos feitos dele. Tais comemorações não se resumem a um veículo de transmissão de memórias, pois configuram também momentos em que novas formas de expressão reatualizam os discursos e práticas sobre o passado (JELIN, 2017, p. 15; 161).

A cada ato realizado no 16 de setembro, novos sentidos e práticas de rememoração se produziram em relação ao episódio *La noche de los lápices*. Podemos observar isso na convivência nos atos entre figuras e consignas relacionados ao passado ditatorial e à luta pelos direitos humanos com estudantes e suas demandas específicas do momento em que o ato ocorre. Além disso, esses estudantes reivindicam os seus lugares como herdeiros da luta dos desaparecidos, retomando inclusive a demanda pelo boleto

estudantil secundarista, elemento central da narrativa em torno de *La noche de los lápices*. Por outro lado, notamos uma disputa de legitimidade entre quem poderia ou não homenagear os adolescentes desaparecidos, fruto das disputas em torno dos rumos dos julgamentos aos envolvidos materiais nas violações aos direitos humanos durante a última ditadura e das medidas adotadas pelo governo de Raul Alfonsín após o *Juicio a las Juntas*. Dessa forma, o 16 de setembro, já em 1986, se tornou um espaço de homenagem à memória dos desaparecidos e de reivindicações em torno da justiça, bem como um momento de produção de novos usos e ressignificações das memórias da militância estudantil, da repressão e dos desaparecidos. Como afirmava uma alcunhada, a partir de 1987, por alunos do colégio Industrial Otto Krause de Buenos Aires para reivindicar *La noche de los lápices*: “vão o intento da noite, os lápis seguem escrevendo” (BAUER, FERNÁNDEZ, 2007).

Referências Bibliográficas

Fontes

ABUELAS de Paza de Mayo; Familiares de Desaparecidos y Detenidos por Razones Políticas; Madres de Plaza de Mayo – Línea Fundadora. *1976-16 de setiembre-1988*. 16.09.1988.

“ACTOS por la Noche de los lápices”. *Clarín*, Buenos Aires, 16 set. 1986.

“ACTO estudiantil por ‘La noche de los lápices’”. *La Razón*, La Plata, 17 set. 1986.

APDH. Asamblea Permanente por los Derechos Humanos. Delegación Pergamino, Pcia. De Buenos Aires. “Carta a Familiares de Detenidos y Desaparecidos por Razones Políticas”. Pergamino, 21 ago. 1986.

“ATILIO Calotti y ‘la noche de los lápices’”. *Diario del Juicio n. 27*, 28 nov. 1985.

CAIS. Centre Argentin d’Information et de Solidarité. *Situation des enfants en Argentine*. Paris, nov, 1979.

CELS. Centro de Estudios Legales y Sociales. *Adolescentes detenidos-desaparecidos*. Buenos Aires, oct. 1982.

“DENUNCIAN matanza de ocho estudiantes”. *Clarín*, Buenos Aires, 18 set. 1984.

“DESACTIVAN una bomba en la distribuidora de ‘La noche de los lápices’”. *Clarín*, 06 set. 1986.

DÍAZ, Pablo. “Carta al Sr. Coordinador del Servicio Universitario Mundial Argentina”. La Plata, 28 dez. 1987.

“DOS testigos analizan el fallo dictado por la Cámara Federal”. *Diario del Juicio*, Buenos Aires, 07 ene. 1986.

“EL recuerdo de la Noche de los Lápices recorrió las calles”. Buenos Aires, *Página/12*, 17 set. 1988.

“EXIGIMOS ¡inmediata aparición con vida! de los detenidos desaparecidos”. *El Día*, La Plata, 19 nov. 1982.

“HÉCTOR Olivera vuelve al cine documental que le dio fama”. *La Razón*, 11 de ago. 1986.

“MADRES y esposas de desaparecidos solo pedimos la verdad”. *La Razón*, Buenos Aires, 05 oct. 1977.

MEMORIA Abierta. Fondo Fiscalía Luis Moreno Ocampo, caja 50, Causa 13: CONADEP/SDH, Folio 4, “Matanza de estudiantes secundarios de La Plata conocida como La Noche de los Lápices”, 1984

Ministerio de Cultura y Educación. *Subversión en el ámbito educativo (Conozcamos a nuestros enemigos)*. Buenos Aires, 27 out. 1977.

“MULTITUDINARIA presentación de ‘La noche de los lápices’”. *La Razón*. 30 jul. 1986.

“PASARON 9 años qué querés...”. *Clarín*, Buenos Aires, 10 nov. 1985

PEPE, Osvaldo. “Una película contra el olvido”. *La Razón*, 06 set. 1986.

“PRESENTACIÓN de Italia por más de mil desaparecidos”. *Clarín*, Buenos Aires, 31 nov. 1983.

“UN grafito imborrable”. *El Periodista*, Buenos Aires, 12 set. 1986.

“UNA cartolina in Argentina può salvare 7000 scomparsi”. *Il Lavoro*, 14 out. 1981.

Entrevistas e Testemunhos

BIBLIOTECA Nacional Mariano Moreno. *Testimonio de Claudia Julia Ciocchini*. Buenos Aires, 10 set. 2012. Disponível em: <https://www.bn.gov.ar/micrositios/multimedia/ddhh/testimonio-de-claudia-julia-ciocchini> Acesso em: 29 mai. 2020.

MARCOTE, Leonardo. “Entrevista a Nélide Koifman”. *La Refugio*, 28 abr. 2011. Disponível em: <http://larefugio.blogspot.com/2011/04/entrevista-nelida-koifman-tia-de.html> Acesso em: 06 jun. 2020.

MARCOTE, Leonardo. “Entrevista a Marta Ungaro”. *La Refugio*, 10 jul. 2010. Disponível em: <http://larefugio.blogspot.com/2010/07/entrevista-marta-ungaro-realizada-por.html> Acesso em: 06 jun. 2020.

MEMORIA Abierta. *Fondo Fiscalía Luis Moreno Ocampo*, Serie 01, Caja 02, Testimonios del 6º Cuerpo del Ejército, 1985.

MEMORIA Abierta. *Testimonio de Nelva Falcone*. Buenos Aires, 2005.

MEMORIA Abierta, *Testimonio de Alicia Carminatti*, Buenos Aires, 2006

MEMORIA Abierta, *Testimonio de Emilce Moler*, Buenos Aires, 2006.

MEMORIA Abierta, *Testimonio de Marta Ungaro*, La Plata, Buenos Aires, 2006.

MEMORIA Abierta, *Testimonio de Julio Strassera*, Buenos Aires, 2007

Testemunho de Marta Ungaro. *Juicios por la Verdad*. La Plata, 14 jul. 1999. Disponível em: <http://horacioungaro.com.ar/DOCUMENTOS/Marta%20Ungaro-%20Testimonio.pdf> Acesso em: 08 jun. 2020.

Testemunho de Pablo Díaz. *Diario del Juicio* n. 03, Buenos Aires, 11 jun. 1985.

Filmes

La noche de los lápices. Direção: Héctor Oliveira. Argentina, 1986.

El boleto fue secundario. Direção: Ignacio Alvarez, Julián Carabajal, Luciano Tejada, Federico Tártara. Argentina, 2009.

Bibliografia

BACCI, Claudia. “Testimonios en democracia: el Juicio a las Juntas Militares en Argentina. In: *Revista Interdisciplinaria kult-ur*, Vol. 2, Núm. 4, 2015.

BASUALDO, Guadalupe. *Movilización internacional en dictadura: la visita de la CIDH y la creación del CELS*. Buenos Aires: Editorial Teseo, 2019.

BAUER, Caroline S.; FERNÁNDEZ, Jorge C. “La noche de los lápices – Protagonismo dos jovens na sociedade argentina e os usos e abusos da história e da memória”. In: GUAZZELLI, Cesar A. B.; PADROS, Enrique S. *Conflictos Periféricos no Século XX: Cinema e História*. Porto Alegre: Armazém Digital, 2007

BIAZZINI, Natalia. “A 38 años de la noche de los lápices santiaguense”. *Infojus*, 16 jul. 2013. Disponível em: <http://infojusnoticias.gov.ar/provinciales/a-38-anos-de-la-noche-de-los-lapices-santiagoense-289.html> Acesso em: 08 set. 2020.

BISQUERT, Jacqueline; LVOVICH, Daniel. *La cambiante memoria de la dictadura: discursos públicos, movimientos sociales y legitimidad democrática*. Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2008.

CARNAGUI, Juan Luis. *Nacionalistas, católicos y peronistas. Auge, afianzamiento y reconfiguración de la Concentración Nacional Universitaria (CNU) La Plata, 1955-1974*. Tese (Doutorado em História) – Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad Nacional de La Plata, 2016.

CATELA, Ludmila da Silva. *Situação limite e memória: reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina*. São Paulo: Hucitec, Anpocs, 2001.

_____. “Apagón en el Ingenio, escrache en el Museo. Tensiones y disputas entre memorias locales y memorias oficiales en torno a un episodio de represión del 1976”. In: Del PINO, Pociano; JELIN, Elizabeth. *Luchas locales, comunidades e identidades*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003. p. 63- 106.

CONADEP. Comisión Nacional Sobre la Desaparición de Personas. *Nunca Más*. Buenos Aires: EUDEBA, 1985.

CORONATO, Silvia; LUCCHINI, Ilda Teresa. “Silencios ruidosos. La Plata y la dictadura”. *Ramona*, Revista de Artes visuales, 18, 2001, pp. 24-30.

CRENZEL, Emilio. *La historia política del Nunca Más. La memoria de las desapariciones en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.

_____. “Memorias y representaciones de los desaparecidos en la Argentina, 1983- 2003”. In: CRENZEL, Emilio (coord.). *Los desaparecidos en la Argentina: memorias, representaciones e ideas: 1983-2008*. Buenos Aires: Biblos, 2010

_____. “Hacia una historia de la memoria de la violencia y los desaparecidos en Argentina”. In: CRENZEL, Emilio; MONTAÑO, Eugenia Allier. *Las luchas por la memoria en América Latina. Historia reciente y violencia política*. México: Bonilla Artigas Editores: UNAM, Instituto de Investigaciones Sociales, 2015.

FALCONE, Jorge. *Memorial de Guerralarga. Un pibe entre cientos de miles*. La Plata: Editorial de La Campana, 2001.

FELD, Claudia. *Del estrado a la pantalla: las imágenes del juicio a los ex comandantes en Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI Ed., 2002.

_____. “Imagen y testimonio frente a la desaparición forzada de personas en la Argentina de la transición”. In: *Kamchatka*, 6, dic. 2015. Pp. 697-715.

FELD, Claudia y FRANCO, Marina. “Democracia y derechos humanos en 1984, ¿hora cero?”. In: FELD, Claudia y FRANCO, Marina (dir.). *Democracia hora cero: actores, políticas y debates en inicios de la postdictadura*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2015. Pp. 359-400.

GALANTE, Diego. *El juicio a las juntas: discursos entre lo político y lo jurídico en la transición argentina*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2019.

GILLESPIE, Richard. *Soldados de Perón: historia crítica de los Montoneros*. Buenos Aires: Sudamericana, 2011.

GODOY, Sebastián; SCOCCO, Marianela. “Acción colectiva frente a la violencia estatal argentina (1976-1983). Derechos humanos, estrategias repertoriales y tácticas de visibilización”. In: *Diálogos*, v. 22, n. 3, 81-108, 2019.

GONZALEZ TIZON, Rodrigo. *Militancia humanitaria y testimonio*. Los sobrevivientes de ‘El Vesubio’ y la denuncia de los crímenes de la última dictadura (1978-2016). Tese (Doutorado em História) – Instituto de Altos Estudos Sociais, Universidad de General San Martín. Buenos Aires, 2018.

KORINFELD, Daniel. *Experiencias del exilio: Avatares subjetivos de jóvenes militantes argentinos durante la década del setenta*. Buenos Aires: Del Estante Editorial, 2008.

JELIN, Elizabet. *La lucha por el pasado: Cómo construimos la memoria social*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2017.

LANTERI, Magdalena et. al. “La mirada de la DIPBA (Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires) sobre el movimiento estudiantil platense”. *IV Jornadas de Sociología de la UNLP*, 23 a 25 de noviembre de 2005, La Plata, Argentina. Disponible em: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.6676/ev.6676.pdf Acesso em: 07 set. 2020.

LORENZ, Federico. *Combates por la memoria: huellas de la dictadura en la historia*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2007.

LUCIANI, Laura L. *Juventud en dictadura*. Representaciones, políticas y experiencias juveniles en Rosario (1976-1983). La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2017.

MANEIRO, María. “La Plata, Berisso y Ensenada. Los procesos de desaparición forzada de personas en el ‘Círculo Camps’”. In: IZAGUIRRE, Inés. *Luchas de clases, guerra civil y genocidio en Argentina 1973-1983: antecedentes, desarrollos, complicidades*. Buenos Aires: Eudeba, 2009.

MANZANO, Valeria. *The age of youth: culture, politics and sexuality from Perón to Videla*. Chapel Hill, North Carolina: The University of North Carolina Press, 2014.

PREGAL, Guadalupe. “Los López Muntaner, marcados por el terrorismo de Estado”. *Universidad*, Mendoza, 22 dic. 2014. Disponible em: http://www.universidad.com.ar/lopez-muntaner-una-familia-marcada-por-el-terrorismo-de-estado-1?utm_campaign=Novedad&utm_term=36 Acesso em: 17 jun. 2020.

QUADRAT, Samantha VIZ & ROLLEMBERG, Denise. “Apresentação. Memória, história e autoritarismos”. In: QUADRAT, Samantha & ROLLEMBERG, Denise. *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*, volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

POLLAK, Michael. *Memoria, olvido, silencio*. La producción social de identidades frente a situaciones límite. La Plata: Ediciones Al Margen, 2006.

RAGGIO, Sandra. *Memorias de la Noche de los Lápices: tensiones, variaciones y conflictos en los modos de narrar el pasado reciente*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2017.

RODRIGUEZ, Laura Graciela. “La Universidad Nacional de La Plata entre 1973-1983”. In: *PolHis*, ano 07, n. 14, julho-dezembro de 2014, pp. 258-279.

SEONE, María; NUÑEZ, Héctor R. *La Noche de los Lápices*. Buenos Aires: Sudamericana, 2003.

STERN, Steve J. *Battling for Hearts and Minds: Memory Struggles in Pinochet’s Chile, 1973-1988*. Durham, Carolina do Norte: Duke University Press, 2006.

TERLIZZI, Carla Di. “Aulas en movimiento: la historia de la Unión de Estudiantes en la Escuela Superior de Comercio ‘Libertador General San Martín’ 1973-1976”. *Perspectivas*. Revista de Ciencias Sociales, ano 4, n. 8, julho-dezembro 2019, pp. 393-414.

TOLENTINO, Marcos. “Os outros rostos de *La Noche de los Lápices*”. In: *Historia Oral*. Revista da Associação Brasileira de História Oral, v. 17, n. 1, p. 89-117, jan./jun. 2014.

UNLP. Universidad Nacional de La Plata. A 40 años de la Noche de los Lápices. Disponível em: https://unlp.edu.ar/ddhh/40_anos_noche_de_los_lapices_sept_2016-5001 Acesso em: 01 de junho 2020.

VEZZETI, Hugo. *Sobre la violencia revolucionaria: memorias y olvidos*. Buenos Aires: XXI Editora, 2009.